



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE**

JOSEANE DOS SANTOS COSTA

**LITERATURA E MATERNIDADE EM CONTOS DE CONCEIÇÃO EVARISTO E NO
ROMANCE *AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE*, DE BUCHI EMECHETA**

**CAMPINA GRANDE
2020**

JOSEANE DOS SANTOS COSTA

**LITERATURA E MATERNIDADE EM CONTOS DE CONCEIÇÃO EVARISTO E NO
ROMANCE *AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE*, DE BUCHI EMECHETA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade.

Linha de Pesquisa: Literatura, memória e Estudos Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosilda Alves Bezerra.

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C8371 Costa, Joseane dos Santos.
Literatura e maternidade em contos de Conceição Evaristo e no romance As alegrias da maternidade, de Buchi Emecheta [manuscrito] / Joseane dos Santos Costa. - 2020.
89 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.
"Orientação : Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."

1. Literatura afro-brasileira. 2. Literatura africana. 3. Maternidade. 4. Mulher negra. I. Título

21. ed. CDD 896

JOSEANE DOS SANTOS COSTA

**LITERATURA E MATERNIDADE EM CONTOS DE CONCEIÇÃO EVARISTO
E NO ROMANCE AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE, DE BUCHI
EMECHETA**

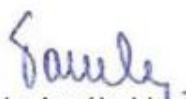
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade.

Aprovada em: 30/06/2020.

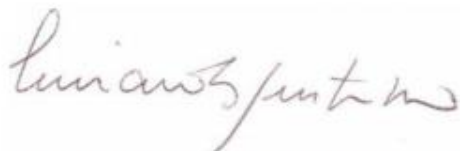
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Rosilda Alves Bezerra (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Dr.^a Tânia Maria de Araújo Lima (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino (Examinador Interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Às mulheres da minha vida: mãe, avó e amigas queridas. Exemplos de determinação que, em suas lutas diárias, ensinaram-me a buscar a realização dos meus sonhos.

DEDICO

VOZES-MULHERES

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e*

fome.

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

(Conceição Evaristo)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer acima de tudo a Deus.

À professora Rosilda Alves Bezerra pelo acolhimento, compreensão, bondade com que sempre me tratou nos momentos em que mais precisei e por todo incentivo e paciência na orientação deste trabalho. És uma profissional admirável e competente.

À toda a minha família, em especial a minha mãe Íris e meu pai Agildo, pelo apoio, compreensão e ajuda, pessoas sem as quais eu não teria chegado até aqui, por todo o carinho dedicado ao longo dessa caminhada.

Gostaria de agradecer também à Jailma, Bruno e Fabrício por me ajudarem nos momentos de emergência. Vocês me acolheram, não me deixaram sozinha durante o percurso e tornaram a caminhada mais leve.

Agradeço a todos os alunos, ex-alunos e colegas professores da Escola Estadual Prefeito Severino Pereira Gomes. Com vocês, aprendi e continuo aprendendo lições valiosas.

À Prof^a Tânia Lima e ao Prof. Luciano Justino, pela participação no exame de qualificação, por contribuírem positivamente com o desenvolvimento e conclusão do presente trabalho.

Aos meus amigos e colegas da pós, por todos os momentos que vivenciamos ao longo desses dois anos, e a todos os professores do Programa de Pós – Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), em especial, a Prof^a Zuleide Duarte, Prof. Luciano Justino, Prof. Diógenes Maciel, Prof. Reginaldo, suas aulas foram importantes na trajetória acadêmica, fundamentais no meu desenvolvimento intelectual.

À CAPES e FAPESQ, pela concessão da bolsa durante esse último ano de pesquisa.

A todos os meus amigos, em especial, Gildilene, Pâmala, Patrícia, Josinha, Wedla, Vandeson, Rafaela, Josielton, Alzenita, José das Vitórias, Mayra, Fernanda, Claudenice, Dayane, Wanderley Gomes pela amizade, cumplicidade, incentivo e apoio constante, por acreditarem em mim e por terem sempre palavras de encorajamento nos meus momentos de desânimo.

A todos vocês, minha gratidão.

RESUMO

Em nossa sociedade, continuamos a conviver com discursos que buscam desvalorizar a literatura africana e afro-brasileira, associando-as à estereótipos que circundam a cultura e as relações étnico raciais. A literatura feminina africana e afro-brasileira na contemporaneidade permite que as escritoras produzam textos livres de manipulações, mostrando o quanto as mulheres em algumas sociedades são postas em posições de apagamento dos seus valores e direitos, marginalizadas e invisibilizadas. Elas são alvo de uma política sexual que visa controlar o seu comportamento e sua vida”. Por essa razão, buscamos caminhos eficazes, que propiciem, uma discussão acerca das relações entre literatura africana /afro-brasileira e maternidade. Dessa forma, à luz dos estudos de Dalcastagné (2011), Del Priore (2006), Cuti (2010), Borges (2018) dentre outros, pretendeu-se, neste trabalho, analisar a representação da maternidade nas obras *As alegrias da Maternidade* (2017) da escritora nigeriana Buchi Emecheta, e nos contos “Maria” e “Quantos filhos Natalina teve?” presentes na antologia *Olhos d’água* (2016) da escritora brasileira Conceição Evaristo. Através das obras estudadas refletiu-se acerca dos discursos e espaços relegados ao corpo da mulher negra e os papéis sociais que lhes são impostos, aliada a essa discussão investigaremos de que forma as estratégias de sobrevivência são articuladas por essas mulheres negras.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; Literatura africana; Maternidade; Mulher negra.

ABSTRACT

In our society, we are continuously confronted by discourses that try to find way to diminish the African Literature and the Afro-Brazilian Literature by connecting them to stereotypes that are often associated to the culture and to the racial ethnic relations. Nowadays, African literature and Afro-Brazilian literature allow its women writers to produce works that are free from manipulations and that demonstrate how much women have been placed in positions in which they are deprived of values, rights, and also diminished and underrated in some societies. They are targets in a sexual policy that aims to control their behavior and their lives. For that reason, we search for effective ways that may propitiate a discussion on the connections between African Literature/Afro-Brazilian Literature and motherhood. Therefore, based on studies by Dalcastagné (2011), Del Priore (2006), Cuti (2010), Borges (2018), amongst others, our main goal in this paper is to analyze the representation of motherhood in the works “As Alegrias da Maternidade” (2017), by Nigerian writer Buchi Emecheta, and in the tales “Maria” and “Quantos filhos Natalina teve?”, taken from the “Olhos D’água”, an anthology by Brazilian writer Conceição Evaristo. Consequently, we will reflect on the discourses and spaces that are relegated to Black women and also the social roles that are imposed to them. Finally, we will also investigate on the strategies of these Black women to assure their own survival.

Key-words: Afro-Brazilian Literature; African Literature ;Motherhood; Black Women.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2.LITERATURA E FEMINISMOS NEGROS.....	12
3 CONCEIÇÃO EVARISTO: LITERATURA, MATERNIDADE NEGRA E VIOLÊNCIA EM DISCUSSÃO	32
3.1 Evaristo no contexto da literatura negro-brasileira	32
3.2 Maternidade e sangue: o estereótipo da mãe brasileira, pobre, negra e periférica	37
4 MATERNIDADE COMO IMPOSIÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO SER MÃE NA CULTURA NIGERIANA.....	57
4.1 Emecheta no contexto da literatura afro-europeia.....	63
4.2 A ficção no contexto da contemporaneidade: a violação dos direitos da mulher na sociedade nigeriana	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

1 INTRODUÇÃO

Os poderes do chefe de família, magistrado doméstico, mostram-se quase sem alteração durante o período da Antiguidade, embora reduzidos na sociedade grega e aumentado entre os romanos, de acordo com Batinder (1980). Cidadã de Atenas ou de Roma, a mulher possuía na sua vida restrita e controlada, uma condição jurídica de menor, que era pouco dissemelhante para os seus filhos.

Nessa constante, a igreja influenciou e continua influenciando as relações entre homem/mulher, bem como as relações de gênero e classe. Para Batinder,

Foi preciso esperar a palavra de Cristo para que as coisas se modificassem, pelo menos em teoria. Guiado por esse princípio revolucionário que é o amor, Jesus proclamou que a autoridade paterna não se estabelecera no interesse do pai, mas no do filho, e que a esposa-mãe não era sua escrava, mas sua companheira. Ao pregar o amor ao próximo, o Cristo punha um freio à autoridade, de onde quer que viesse. Reforçava o companheirismo e, portanto, a igualdade dos esposos, fazendo do casamento uma instituição divina. Assim, punha fim a um poder exorbitante do marido, o poder de repúdio, e à poligamia (BADINTER, 1980, p. 29).

No período colonial, às mulheres cabia apenas a tarefa de procriar, sendo tal ato deposto de afeto, prevalecendo no leito matrimonial, relações mecânicas, que deveriam ser prazerosas apenas para os homens, de modo que a mulher deveria manter o recato até mesmo em momentos íntimos, como nas relações sexuais. Por isso, “o prazer era mácula para mulher de bem” (DEL PRIORE, 2011, p.24). A igreja orienta as mulheres à subserviência perante os seus maridos, a ignorarem seus corpos, buscando mantê-los “puros”, devendo ainda afastar-se dos protagonismos profissionais e reconhecer a autoridade do homem.

Certamente, tais ditames de uma instituição tão influente como a igreja tornou a vida das mulheres ainda mais propensas às violências e desmandos de grande parte da classe masculina. Não foi fácil para as mulheres enfrentarem tais problemas de ordem ideológica, sobretudo quando estas eram negras, pois a sua situação já remetia à degradação, à subalternidade, uma vez que os africanos não eram reconhecidos como humanos, eram comparados a animais, sua importância reduzia-se à sua força de trabalho.

Acerca da mulher negra, como é sabido, houve a exploração sexual do seu corpo como uma forma de lucro para o colonizador, o que as tornava prostitutas e as impedia de manter vínculos afetivos e familiares com um homem, como Nascimento (1978) apontou em seus estudos ainda nos anos 70; contudo, mesmo após mais de quatro décadas, e o avanço de estudos acerca da temática da negritude, é comum negar-se os impactos causados por séculos de escravidão negra.

Partindo de tais questões, este estudo é um trabalho para dissertação no âmbito dos Estudos Culturais, de modo a expor e discutir preceitos acerca da maternidade a partir de sua representação na literatura afro-brasileira e africana. Para abordagem da temática em questão, as obras utilizadas foram o romance *As alegrias da Maternidade* (2017), da escritora nigeriana Buchi Emecheta, e os contos “*Quantos filhos Natalina teve?*” e “*Maria*”, presentes na antologia *Olhos d’água* (2016), da escritora brasileira Conceição Evaristo. Levantar questionamentos acerca do matriarcado negro no Brasil e em contrapartida em um país africano é uma importante iniciativa, haja vista que o mundo contemporâneo, apesar de seus avanços tecnológicos, da globalização e da aparente modernidade, continua a reforçar estereótipos, direcionando à mulher discursos que a subalternizam, a expondo a diferentes violências, sobretudo de natureza simbólica (BOURDIEU, 2007).

A escrita feminina negra galga o seu espaço, ecoando suas vozes pelo mundo, refletindo acerca de sistemas injustos que precisam ser discutidos, revistos, quiçá destruídos. A literatura, por sua vez, por muito tempo reforçou o sequestro da humanidade da mulher negra e relegou a ela apenas o plano das fantasias sexuais e masculinas e jamais a maternidade. Desta maneira, o questionamento de Duarte (2013) reflete o nosso: por que a nossa literatura canônica insiste em marcar a mulher negra com a esterilidade?

As autoras negras colocam em evidência os acontecimentos que por muito tempo foram negados e “esquecidos” na história e na literatura, sobretudo os processos de opressão vivenciados pelos negros e negras em espaços privados e públicos. Os autores contemporâneos estão conseguindo, através da literatura, reescrever a história dos seus respectivos intentos: expor uma sociedade racista, opressora, sexista, sobretudo a escrita a negritude é responsável pela afirmação e ressignificação da imposição literária que foi imposta aos negros.

Por vezes, a voz e a escrita de autores(as) negros(as) consegue minimizar estereótipos que relegam ao povo africano e afro-brasileiro o lugar de desvalidos, subordinados aos direcionamentos do branco. Portanto, as narrativas por nós estudadas a fim de realizar este trabalho são “o tecido” que permite-nos focalizar tais questões e debater os conflitos das personagens, sem deixarmos de levar em consideração que tais personagens rememoram situações coletivas, uma vez que nos mostram mulheres que vivenciam a violência sobre seus corpos, têm seus direitos negados, convivem com a miserabilidade e o controle do patriarcado.

Esse trabalho nos permite refletir, ainda, a influência de processos de colonização dos países europeus sobre suas respectivas colônias, sobretudo no Brasil e em alguns países africanos. Observamos, desta forma, que o tempo passou, mas a população negra embora não conviva com a tortura física, ainda padece de uma vida de sacrifícios. O continente europeu impactou países do mundo inteiro ao descobrir novos territórios e instituir episódios cruéis como a escravidão, retirou riquezas de inúmeras nações, afetando a natureza e também as heranças culturais. Estima-se que 90% das peças importantes da África subsaariana estão fora do continente (objetos como tronos, cetros reais, estátuas, dentre outros), razão pela qual nas últimas décadas os países africanos vêm exigindo a restituição de seus tesouros e bens culturais que lhes foram subtraídos durante a época colonial.

Assim como os objetos e sua devolução vêm sendo negada através de alegações de que os museus africanos não têm condições de cuidar adequadamente dos objetos, os pedidos de reconhecimento de direitos das mulheres negras, pobres, que caminham por espaços periféricos, foram por muito tempo ignorados. Inserir personagens negros em evidência na literatura ainda se configura uma inovação para alguns, uma vez que durante algum tempo foram retratadas a papéis vistos como inferiores. Como afirma Dalcastagnè (2014, p. 296), ao referir-se às personagens protagonistas negros, “reuni-los nas páginas de um livro é um gesto político que exige alguns ajustes estéticos, até porque essas personagens, como já foi dito, não costumam frequentar nossa literatura como protagonistas”.

Assim, continuando as leituras que abrangem essa temática, encontramos em Conceição Evaristo uma autora comprometida com uma escrita reacionária às injustiças sofridas pelos negros em nosso país, cedendo o espaço do protagonismo também as mulheres negras, que resistem à pobreza e à discriminação, mães-solos,

como as presentes nos contos “Maria” e “Quantos Filhos Natalina teve?”, que tematizam uma intensa discussão sobre mulher e maternidade negra.

Decidimos, ainda, analisar *As alegrias da Maternidade*, da escritora Nigeriana Buchi Emecheta, incitada pelo ensejo de compreender um pouco mais sobre os aspectos da maternidade na cultura africana, observando os dilemas sofridos por uma heroína, mãe, esposa, mulher negra, que é perseguida pelos costumes e tradições culturais do seu povo, e de forma emblemática desconstrói aos poucos as ditas “verdades” acerca do ser “mãe” na cultura africana.

Mediante essas reflexões a pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro deles abordará a fortuna crítica sobre a escritora nigeriana Buchi Emecheta, bem como a importância da sua escrita na literatura africana pós-colonialista; evidenciará, ainda, a maternidade enquanto imposição na cultura nigeriana a partir de conceitos teóricos de autores como Brisset (2011), Bourdieu(2017), entre outros. O segundo capítulo aludirá à escrita feminina afro-brasileira a partir das personagens de Conceição Evaristo, expondo a maternidade e a violência sofrida pelas personagens mães, negras e periféricas no contexto brasileiro. No terceiro (a ser desenvolvido), buscaremos promover uma leitura da personagem protagonista Nhu Ego a partir do lugar social de mãe e esposa que ocupa.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico e interpretativista, alocada no paradigma das pesquisas descritivistas (GIL, 2008), pois será executada a partir de dados que foram coletados por intermédio de leituras de pesquisadores e estudiosos de literatura contemporânea e de críticos literários, além de estudar as representações do matriarcado negro na literatura africana e afro-brasileira.

O trabalho em questão foi desenvolvido de forma que do início até o último mês de vigência, procedemos às pesquisas bibliográficas dos fundamentos teóricos que sustentam as reflexões a respeito da problemática abordada. Pretende-se constatar, assim, de qual maneira a literatura africana e afro-brasileira influencia na construção das singularidades de diferentes sujeitos, sobretudo no que se refere às mulheres negras, mães, pobres que em sua maioria são silenciadas pela sociedade na qual estão situadas.

O nosso país é conhecido em muitos lugares no mundo por meio do estereótipo da beleza das suas mulheres, pelas florestas tropicais, mas constantemente nega que seja racista, que despreza o negro e tudo aquilo que advém dele. Sabemos que no Brasil prevalece o regime da assimilação da cultura

branca/europeia, buscando “embranquecer” aquilo que consideram inadequado, na maioria das vezes as culturas e religiões provenientes das matrizes afro-brasileiras. Sendo assim, não raro, percebemos grupos de pessoas negras que rejeitam as suas origens e se apropriam unicamente da cultura do colonizador. Os controles são rígidos para dificultar o acesso dos negros em espaço de poder, prestígio.

Em *Casa Grande e Senzala* (2003), Gilberto Freyre discorre acerca das contribuições dos africanos escravizados advindos de várias regiões do continente africano para o Brasil, que por vezes superaram os brancos. Trouxeram ferramentas para ferrovias, eram experientes em trabalhos como criações de gado e indústria pastoril, inclusive, a mineração de ferro em nosso país foi apreendida com os africanos. No entanto, embora tenham sido elementos ativos, criativos e nobres na colonização do Brasil, tiveram e continuam tendo, muitas vezes, suas influências negadas, de modo a evidenciar apenas os aspectos que lhes estigmatizam.

O interesse por temáticas que traduzem as rotinas de trabalho, preconceitos e luta dos negros me foi despertado ainda durante a minha infância e adolescência, quando muitas vezes convivi com colegas, sobretudo meninas negras como eu, que afirmavam que se pudessem escolher a cor de sua pele, escolheriam nascer brancas; naquela época, tais afirmativas causaram uma certa inquietação e aos poucos o interesse de aprofundar-me acerca da temática da negritude foi expandindo, através de contos, romances, poemas e tradição histórico-cultural dos negros no Brasil, iniciei as pesquisas que tocavam no tema ainda na graduação

A partir de tais premissas, reconhecemos a importância de estudar e refletir acerca dos processos democráticos que envolvem o ser negro, inclusive situando a leitura e a escrita como direito basilar, para que desta forma outros não assumam a tarefa de contar as histórias, ou melhor, “uma única história”, de forma que somente seja exposto o ponto de vista dos ditos “heróis” e suas conquistas. É necessário, pois, que o negro tenha a oportunidade de assumir o seu lugar afro-identificado, e que a sua voz também seja ouvida.

2 LITERATURA E FEMINISMOS NEGROS

O período pós-guerra Mundial trouxe ao mundo novos ideais de representações no que se refere as posições políticas, questões de raça, gênero, religião, demarcações territoriais. Nesse contexto, a literatura não poderia deixar de ser influenciada. Assim, nas novas literaturas, o questionamento das tradições torna-se uma marca dos textos, que se dá principalmente por oportunizar não mais a representação, mas a representatividade e o lugar de fala.

Essa literatura contemporânea, que se afasta de narrativas autoritárias, ou seja, aquelas caracterizadas não somente pela condução unilateral da leitura, mas principalmente por perpetuarem estigmas de gênero, de raça, de classe, de geração, entre outros fatores, possibilita frequentemente o confronto de posições acerca de temas significativos a serem estudados.

Eventos e movimentos que discutem o gênero e a produção feita por mulheres vem ganhando espaço na contemporaneidade. Em 2015, o Brasil foi cenário de importantes eventos que colocaram em voga as questões do feminino e dos feminismos. A UNESP (Universidade Estadual Paulista), em São José do Rio Preto, sediou o I Congresso Internacional e II Congresso Nacional de Literatura e Gênero Corpos que (se) importam, enquanto a UCS (Universidade Caxias do Sul) sediou o VII Seminário Nacional Mulher e Literatura, com a temática das mulheres nas Letras do Oitocentismo à contemporaneidade: transformações e perspectivas.

A luta das mulheres negras por obtenção de espaço é histórica no Brasil, e muitos casos marcam essa luta, como a história de Tereza de Benguela, uma mulher que, em 1770, liderou o Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, e acabou sendo assassinada; assim como Dandara, outra importante figura na luta contra a escravidão e que por muito tempo foi citada apenas como a esposa de Zumbi, o líder do Quilombo dos Palmares, quando ela era também uma líder, dominava técnicas de capoeira, participava ativamente na elaboração de estratégias e nos embates para defender o Quilombo.

Rememoramos essas duas personas, históricas, reais, para mostrar que essa movimentação diária das mulheres negras em busca de um mundo mais solidário, igualitário, diverso e pluricultural não é algo que teve início no século XX até chegar no século XXI. Na verdade, ultrapassa os séculos, mas continua sendo um importante aspecto a ser discutido na contemporaneidade, pois à medida que elas

sempre defenderam ideais libertários e igualitários, tiveram suas mortes decretadas, em sua maioria, pelo estado brasileiro.

O Brasil continua a contar com importantes ativistas negras, idealizadoras de projetos sociais que contribuem para a manutenção de uma sociedade mais democrática. Dentre elas Sueli Carneiro, idealizadora do *Geledés-Instituto da Mulher Negra*, uma organização independente, feminista, que promove propostas de políticas de igualdade e equidade em questões de gênero e raça. Assim como Jurema Werneck, militante, coordenadora da Ong Criola, fundada em 1992, e que atua na defesa incondicional das mulheres afrodescendentes, além de ser a primeira mulher negra a coordenar uma conferência nacional de saúde e também a ocupar o mais alto cargo da Anistia Internacional.

Cida Bento, uma das Fundadoras do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (CEERT), atua no apoio a pessoas que têm seus direitos desrespeitados, promovendo o combate ao preconceito racial sobretudo nos locais de trabalho. Por isso engaja-se em pesquisas e implementação de programas institucionais de promoção da igualdade racial e de gênero.

Entre muitos problemas, essas mulheres enfrentam um sistema sólido de precarização de trabalho da população negra, constituindo-se como partes estruturantes e fundamentais no que diz respeito ao debate das desigualdades no campo das políticas públicas. Os movimentos de mulheres e negros enfrentam, assim, a reprodução do passado na educação do presente.

Desta maneira, alicerçada em ideias que promovem e legitimam formas de repressão e subalternização da diferença e de tudo o que porventura possa ameaçar a estabilidade do sistema postulado, a violência contra negros é facilmente justificada. Isso se dá sobretudo através da estereotipação e da estigmatização, ao passo que tudo aquilo que advém da favela ou da cultura de periferia, por exemplo, não é percebido de maneira positiva.

Na literatura essas representações tornam-se aspectos também notórios, tendo em vista que no decorrer da história perpetuou-se ideais que promoviam a figura do homem branco (DALCASTAGNÉ, 2012) como o eixo central das narrativas, constituindo-se como o narrador por excelência. Além disso, essa ideia estendia-se também aos demais personagens das obras, que refletiam os aspectos de classe que vigoraram durante muito tempo no panorama sócio histórico brasileiro. Nesse sentido, personagens femininas, negras, homossexuais e qualquer outro tipo que

não se enquadrasse no perfil tido como ideal, eram retratadas com estigmatização e estereotipia.

Ao tratar da literatura em um contexto africano, percebemos que os ideais de classe se acentuam ainda mais, observando que a relação entre ficção e história se faz intrínseca a maioria das obras publicadas por autores na África. Assim, várias são as possibilidades de abordagens de compreensão e análise de textos literários brasileiros, africanos e ainda afro-brasileiros.

É nesse contexto que a nossa pesquisa se situa, tendo como *corpus* de análise e estudo o romance *Alegrias da Maternidade* (2017), da escritora nigeriana Buchi Emecheta e os contos “Quantos Filhos Natalina Teve” e “Maria”, ambos presentes na antologia *Olhos d’água* (2016), da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo. As obras se distinguem nos aspectos narrativos, mas assemelham-se em suas temáticas, ao tratarem acerca da maternidade da mulher negra.

Ao nos debruçarmos perante os textos literários e irmos além das personagens protagonistas, aguçamos olhares também para os personagens secundários, que são de alta relevância para as narrativas, pois de acordo com Justino (2014), são:

Personagens que quase não falam e são enquadrados por um ponto de vista muito particular do narrador, geralmente associados ao crime, à gratuidade das ações, certa crueldade, às vezes deficiência mental e estigmatização pela cor ou pela origem geográfica. (JUSTINO, 2014, p.183)

A obra *As Alegrias da Maternidade* (2017), de Buchi Emecheta, apresenta uma narrativa voltada para a vivência de Nhu Ego, uma jovem de etnia *igbo*, filha de um importante chefe de aldeia e que casa por duas vezes através de arranjos realizados por seu pai; obediente, em momento algum se contrapõe às regras centenárias que regem o seu destino. Ela sai de um casamento que fracassou por não ter conseguido engravidar; assim, inicia outro, visto como uma oportunidade para se redimir da vergonha e do desgosto causado ao seu pai. Por isso, não se contrapõe às imposições culturais sobre seus direitos pessoais.

Neste segundo matrimônio, Nhu Ego consegue ser mãe muitas vezes, sem esquecer que gerou os filhos e precisa agora trabalhar para criá-los. Ainda que tudo corrobore para a glória do seu marido, esse fato não impede que conheçamos os

dilemas dos demais personagens através de um narrador onisciente, que rege a narrativa, sabedor dos pensamentos mais íntimos dos personagens:

Estava afastado do trabalho da lavoura havia tanto tempo que preferia tentar a sorte em Lagos. Em casa as exigências da família não teriam fim. Achava que teria condições de viver mais tempo se não entrasse no que parecia um vendaval familiar. Claro, enviaria dinheiro para as esposas Owulum e ficaria atento para que os filhos delas cuidassem de pequenas lavouras. Mas seria de mais ajuda para eles se ficasse aqui em Lagos. Sem dúvida, iria com Ubani no dia seguinte assumir o trabalho, caso o aceitassem. (EMECHETA, 2017, p.164).

A nova esposa em questão é Adaku, que vai de encontro ao novo marido, e se depara com um ambiente de pobreza para viver, torna-se a segunda esposa e acha-se em desvantagem perante ela, uma vez que enquanto a outra tem dois filhos homens, ela tem apenas filhas mulheres, praticamente uma sentença que retirava seus direitos de se manifestar contra algo que lhe desagradasse:

Os dois foram à casa dela e caso foi exposto, mas, em vez de pôr a culpa toda em Nhu Ego, eles fizeram Adaku perceber que visto que não fornecera nenhum filho homem à família, não tinha o direito de se queixar quanto ao comportamento da esposa mais velha." Então você não sabe que de acordo com o comportamento do nosso povo, você, Adaku, filha seja lá de quem for, está cometendo um pecado imperdoável?" Relembrou-a Nwakusor. Nossa vida começa em imortalidade e termina em imortalidade. Se Nnaife fosse casado apenas com você, teria concluído a vida dele nesta etapa de sua visita à terra. Se que você tem filhas, meninas, que em alguns anos partirão e ajudarão a construir a imortalidade e um outro homem. É você com suas belas roupas e seu comércio lucrativo e sua infelicidade à única mulher que está imortalizando seu marido. (EMECHETA, 2017, p. 230-231)

Nnaife enalteceu sua masculinidade a partir da chegada de Adaku, tendo aumentado sua autoestima e vaidade, conseguindo inclusive causar ciúmes em Nhu Ego que sempre o desprezou por não ser um homem parecido com seu pai e irmãos. Enquanto isso, a sua segunda esposa seguia insatisfeita por jamais conseguir se igualar à primeira, por só ter concebido para o marido meninas.

A postura crítica da obra denota um interesse pelo questionamento de verdades e comportamentos pré-estabelecidos acerca da masculinidade, e das relações de gênero e matrimoniais em algumas sociedades africanas. A autora norte-americana bell hooks, em sua obra *Olhares Negros raça e representação* (2019), traz uma importante discussão sobre os problemas provocados pela disseminação de ideias que afirmam que o homem negro é simbolicamente

castrado, porque por muito tempo não teve direito de ter uma família, trabalhando até a exaustão, sozinho. Tal concepção parte dos problemas sociais que tornaram o período pós escravidão mais propício para as mulheres conseguirem emprego que os homens, uma vez que elas conseguiam trabalhar em casas de família. Embora mais uma vez passassem a ser exploradas economicamente e fisicamente, ainda assim assumiam o lugar de provedora das casas.

Enquanto nas Américas existe essa castração baseada nos moldes econômicos, em alguns países africanos esse não é um problema, de modo que a mulher deve inclusive se responsabilizar por manter as despesas dos seus filhos.

Com o surgimento de um falocentrismo selvagem, um homem não era mais um homem de verdade porque sustentava sua família: era um homem simplesmente porque tinha um pênis. Além disso, sua habilidade de usar aquele pênis na arena da conquista sexual poderia tanto trazer status quanto levar dinheiro para casa e torná-lo provedor. Uma masculinidade definida no ideal sexual e enraizada na dominação física e na posse sexual de mulheres poderia ser acessível a todos os homens. Dessa forma até homens desempregados poderiam conseguir status, serem vistos como a personificação da masculinidade, dentro de uma moldura falocêntrica. (hooks, 2019, p. 183).

Tal concepção falocêntrica permite que o homem não precise provar o seu valor, perante a sua família, o seu status de “macho” faz com que não seja cobrado socialmente tanto quanto as mulheres, e que se torne de certa forma o dono do que está ao seu redor, do corpo da mulher, dos filhos, e a produção de bens que elas tem.

A relação entre homens e mulheres é uma relação marcada por desigualdades e hierarquias sociais, atribuindo a priori comportamentos que devem reger a vivência de homens e mulheres, sendo essas em quase todos os horizontes de expectativas representadas como rebeldes, culpadas por tudo o que não deu certo. Essa desigualdade de gênero se reflete diretamente na literatura, um espaço que está cercado por tensões e nos deixa evidente a diferença entre ‘Literatura’ e ‘literatura’ (DALCASTAGNÈ, 2012). A grafia com “L” maiúsculo, que promove estereotipações e frequentemente enfatiza a figura do macho branco, heterossexual, projetando uma representação da mulher e os demais grupos marginalizados a partir de um único modelo de narrador (masculino). Em contrapartida, está a literatura com “l” minúsculo, que vai de encontro à literatura legitimada, tanto pela crítica como pela imprensa.

No conto “Quantos filhos Natalina teve?”, podemos observar a força discursiva e social de personagens que aparecem ainda que rapidamente, como a patroa de Natalina, uma mulher rica, que vivia em viagens, mas não conseguia engravidar de seu marido. Com isso, desesperava-se por não poder dar a ele uma descendência.

A infertilidade para as mulheres é um assunto delicado, pois existe toda uma construção social que tende a enquadrar o "ser mulher" em pressupostos e funções femininas, como a docilidade e a abnegação, características essenciais para ser uma "boa mãe". Segundo Del Priore (2012), a imposição identitária para a mulher está cercada por moralismos, ao passo que se torna estigmatizada quando se relaciona de forma informal com homens (casamento ilegítimo), caso tenha algum divórcio. Até mesmo quando trabalha, recebe a alcunha de mãe relapsa, “mulher pública”.

Desde os séculos passados, em sua vida regida pelos valores da elite colonial, o comportamento ideal vem servindo como instrumento ideológico para demarcar a distinção entre as mulheres burguesas e as mulheres pobres. Nesse contexto, uma mulher "normal", independentemente da classe social, deve estar disposta a sonhar com a maternidade, entendê-la como um sofrimento indispensável.

Dessa forma, através da patroa de Natalina (personagem secundária), notamos o quanto as identidades sociais são influenciadas por discursos que afirmam que as mulheres devem conviver com a "glória da maternidade", com o "ápice da realização feminina". A personagem em questão sente-se triste e incompleta, uma vez que a infertilidade a faz se autodepreciar por não conseguir atingir o destino biológico das demais mulheres. Consequentemente, passa a se sentir afetada diante das prescrições e normatizações:

Era a patroa que ligava do estrangeiro, em prantos, lhe pedia ajuda. Ela queria e precisava ter m filho. Só Natalina podia ajudá-la. Ela não não entendeu o telefonema, nem as palavras da patroa. Ficou aguardando o regresso dos dois. Daí uns dias a patroa voltou. Natalina ouviu e entendeu tudo, a mulher queria um filho e não conseguia. Estava desesperada e envergonhada por isso. (EVARISTO, 2016, p 47).

Assim, nos é evidenciada a importância que a personagem dá à parentalidade, que se configura até mesmo um objetivo de vida; considerando-a, assim, como uma justificativa para o marido manter relações sexuais com Natalina

frequentemente, até ter certeza da gravidez. Em momento algum a patroa suscita a possibilidade de uma adoção, mas atenta-se ao fato de que a personagem protagonista traz alguns traços parecidos com o marido, por isso ninguém suspeitará que a criança não é fruto do seu próprio relacionamento: “Um filho do marido com Natalina poderia passar como sendo seu” (EVARISTO, 2016, p. 47).

Ao que parece, a existência de um filho era imprescindível para a felicidade e manutenção do casamento. É notório o quanto a maternidade e paternidade são representados de forma diferentes; enquanto a primeira é enxergada como algo natural sobretudo pelo vínculo da mãe da gestação ao parto e a não maternidade sendo considerada praticamente uma transgressão, a segunda faz parecer muitas vezes que o homem se torna pai a partir de um dado momento, quando tanto o exercício da maternidade quanto o da paternidade são socialmente aprendidos.

Embora saibamos que o conto é semelhante ao romance em alguns aspectos, possuindo estruturas parecidas como narrador, personagens, enredo, tempo e espaço, é evidente também que se diferenciam em algumas questões, sobretudo pela concisão que se espera do conto, delimitando-se assim seu espaço de ação, por vezes o impulsionando a apresentar um só conflito. Todavia, ao direcionarmos nosso olhar para os contos que fazem parte deste *corpus* de análise, teremos dificuldades em extrair deles uma única temática, uma ação delimitada por brevidade.

Os interlocutores diante desses contos serão afetados de muitas maneiras, não sendo tão fácil os personagens se desfazerem e serem encerrados na matriz do conto. Nesse sentido as narrativas afetam o leitor, como destaca Moisés:

A técnica de estruturação do conto assemelha-se à técnica fotográfica, o fotógrafo concentra a sua atenção num ponto e não na totalidade dos pontos que pretende abranger no visor, focaliza um detalhe, o principal no seu entender e capta-lhe os arredores, de modo a não só fixar o que vê, mas também o que não vê (MOISÉS, 2006, p.52)

Enquanto isso, Forster (2005) destaca o estatuto do personagem nas narrativas, categorizando-as em personagens planas e personagens redondas. Segundo o autor, as personagens redondas podem representar o trágico, o complexo, em qualquer espaço de tempo, despertando no público sentimentos diversos, exceto o de humor, que é encontrado nas personagens planas.

O autor conceitua dois tipos de personagens, planas e redondas. As primeiras seriam aquelas construídas através de uma única ideia, incapazes de surpreender. As segundas são construídas ao redor de mais de um fator.

Gancho (2003), por sua vez, afirma que as personagens podem ser classificadas de acordo com as características físicas (corpo, voz, gestos e roupas), psicológicas (personalidade e estado de espírito), sociais (atividade profissional, classe social e atividades sociais), ideologias (filosofia da personagem, forma de pensar) e morais (estas consistem no julgamento, ou seja, na identificação se a personagem é boa ou má, moral ou imoral, honesta ou desonesta).

Nesse sentido, imagens simbólicas, alicerçadas em arquétipos universais, são postas em vogas pelas narrativas há muito tempo, de maneira a induzir a sociedade a comunicar-se e expressar-se mediante determinadas representações. Com isso, ideias projetadas em obras literárias muitas vezes corroboram para a estereotipia das personagens planas em detrimento às redondas.

Desta forma, cada país tem o seu imaginário marcado pelos seus contextos históricos, sociais e culturais, ao passo que nesse levante as literaturas produzidas refletem uma ficção marcada por diversas realidades, pois segundo Durand (2002, p.13), "entende-se por imaginário tanto o museu de todas as imagens passadas ou possíveis quanto os procedimentos, mentais ou materiais, de produzir imagens".

As personagens esféricas ou redondas (FORSTER, 2005) têm uma construção complexa. Estas, de acordo com o autor, devem convencer o leitor de maneira eficaz e apresentar o trágico, o complexo, em qualquer tempo e espaço, surtindo no público sentimentos diversos, exceto o de humor. Quando colocamos em questão o estudo acerca da categoria do personagem.

O autor conceitua dois tipos de personagens, planas e redondas. As primeiras seriam aquelas construídas através de uma única ideia, incapazes de surpreender. As segundas são construídas ao redor de mais de um fator.

Diante dessa breve contextualização teórica em torno da personagem, podemos afirmar que os personagens presentes no romance *As Alegrias da Maternidade*, em um primeiro momento, perpassam a ideia de serem planos ou caricaturais, contudo, contribuem significativamente para a narrativa, ou seja, adquirem, constantemente, novos comportamentos, não precisando ser ou se tornarem protagonistas para tal. Como podemos observar:

Nnaife inicia o romance com aspecto de um homem calmo, até mesmo afeminado. E do meio para o fim, comporta-se como um homem um tanto amargurado, violento: “Uma coisa era certa: conquistara o respeito e mesmo o temor da esposa Nhu Ego. Agora podia até espanca-la, se ela ultrapassasse os limites do que ele tolerava (EMECHETA, 2017, p.165).

O romance mais completo por vezes requer gente plana tanto quanto gente redonda e o resultado de suas colisões é um paralelo para vida.

A reafirmação da condição ideal e única do ser humano, faz com que o homem branco tenha vivido em constante condição de privilégio ao longo da história da humanidade. Esse, por vezes assume a condição de único ser humano, por outro lado a necessidade instaurada no negro em ser branco. Tudo isso resulta em uma grande limitação para que o indivíduo alcance a condição humana.

No conto “Maria”, os passageiros assumem para si o papel de justiceiro e lincham a mulher que voltava do trabalho. À frente do grupo, um “rapazinho negro e magro, com feições de menino” (EVARISTO, 2015, p. 42), e que, de acordo com a personagem, lembrava um dos filhos dela, e o menino acabou sendo, assim, “a voz que acendeu a coragem de todos”.

A persistência do racismo, desde o período pós abolição, reflete de forma direta no comportamento inclusive de pessoas negras. O conto nos explicita, que o personagem, também negro, mostra-se refém de uma ideologia de branqueamento no terreno do estético, dando indícios de que não reconhece a trajetória da luta contra o racismo estrutural no país, ou ignora para ter a sensação que está no outro lado da margem, o lado puritano, legalizado, o lado dos não marginais.

Certamente, ao negar a sua ancestralidade, sente-se mais parecido com o modelo sancionado como superior, o do homem branco. A ação do personagem em questão, portanto, nos parece uma tentativa de superação da inferioridade que a sua cor e seu fenótipo representam, consegue atingir tal objetivo com a trucidaçã da mulher sendo linchada.

Nós sofremos o golpe empobrecedor da ditadura militar. Movimentos de resistência, feministas, escritores se esforçaram para sobreviver durante aquele que foi um dos períodos mais obscuros de nossa história, disfarçaram seus propósitos teóricos. Diante do período conturbado, os estudos acerca das relações de raça e maternidade ficaram adormecidos dentro do movimento feministas, para posteriormente serem retomados.

No Brasil, apenas em 1995, foi publicado o primeiro artigo discorrendo sobre os estudos das relações de raça, por meio de um texto da bell hooks, pois até então as revistas abordavam o movimento negro, mas não direcionavam especificamente para as questões feministas.

Enquanto as mulheres brancas lutavam para ter direito de estudar e votar, as mulheres negras tentavam garantir direitos básicos como moradia e alimentação; foram invisibilizadas, continuavam ocupando as residências e cuidando dos afazeres domésticos para que as mulheres brancas conseguissem circular nos espaços públicos. Nessa constante, o feminismo no Brasil iniciou-se para dar conta de mulheres que legalmente não existiam como cidadãs e conseqüentemente não podiam participar da vida pública.

O advento feminista, até então, permitiu que apenas mulheres das camadas médias da sociedade pudessem de fato usufruir dos ganhos do movimento, sendo desconsideradas as classes mais pobres. A partir da década de 1980, o feminismo negro começou a ganhar força no Brasil, tendo surgido durante o *II Encontro Feminista Latino-americano*, em Bertioga, a *Organização de Mulheres Negras em busca de visibilidade no meio feminista*. Com isso, despontam os primeiros coletivos de mulheres negras e encontros nacionais e estaduais de mulheres negras.

Novas pesquisadoras surgem reafirmando a necessidade de o Feminismo Negro ser posto em pauta, como é o caso da filósofa e escritora Djamila Ribeiro, que situa a mulher negra como figura essencial na construção intelectual e social em espaços de privilégio, como as instituições de ensino superior, uma vez que confrontam o eurocentrismo estabelecido por aqueles que estão situados nas classes dominantes nesse espaço. Ela defende, ainda, a necessidade da criação de uma vertente negra dentro do movimento feminista pelo fato de só assim ser possível compreender as disparidades entre o universo habitado por uma mulher negra em comparação com a branca. Segundo a estudiosa, “o feminismo negro surge para romper com essa universalidade do sujeito mulheres, colocar as mulheres como sujeitos políticos”, para que assim não exista primazia de uma opressão sobre a outra.

Mesmo a experiência da maternidade sendo bastante significativa e simbólica na vida das mulheres, tanto quando se concretiza como quando se ausenta, os estudos até então não questionavam o porquê da literatura invisibilizar tais experiências, sobretudo ao tratar-se de personagens negros. Assim, outras questões

foram suscitadas, como por exemplo: qual o motivo da maternidade ser uma imposição e não uma opção?

A mulher afro-brasileira, nesse contexto, é duplamente discriminada, tanto através do preconceito de gênero quanto de raça, pois mesmo quando o estado não oferece condições ideais – suporte para cumprir o papel de “boa mãe” –, não se abstém de cobrar delas um determinado comportamento, exigências do ponto de vista legal, social, econômico.

Podemos observar essa problemática em algumas campanhas governamentais, a exemplo a de aleitamento materno, que apresenta a prática como uma obrigação e dever de toda mãe. No entanto, sabemos que boa parcela dessas mães são pobres e vivem em condições precárias, subnutridas, trabalhando na informalidade, conseqüentemente sem licença maternidade, tendo um tempo reduzido com os filhos; fatores que a impossibilitam se enquadrar nos moldes esperados e idealizados para a maternidade.

O mundo vem se transformando com os discursos acerca da igualdade de gênero, novos horizontes de expectativas surgem. Na Espanha, o governo aprovou a equiparação das licenças maternidade e paternidade, e, de acordo com o novo decreto, os pais terão direito de afastarem-se das suas atividades laborais por dezesseis semanas, tendo em vista que a licença paternidade era de cinco semanas. Com a mudança a Espanha será o país europeu que permite o benefício mais extenso para os pais.

No Brasil, o cenário é outro, já que algumas empresas privadas oferecem no máximo vinte dias em troca de abatimentos em impostos federais, contudo, de acordo com as leis trabalhistas, são obrigatórios apenas cinco dias. Nesse sentido Dunkel-Scheter e Stanton (1991) apontam que:

na medida em que os papéis sexuais tradicionais ditam que as mulheres devem valorizar a maternidade, e é inadequado se elas não se tornam mães, as diferenças de gênero nas reações à infertilidade pode refletir essa diferença socializada na importância de tornar-se mãe/pai (DUNKEL-SCHETER; STANTON, 1991, p. 203) .

A personagem Maria tem a sua morte sacramentada por fazer parte de um grupo étnico considerado inferior, ou seja, descender de um povo escravizado e também por ser mulher, além de não estar situada em um espaço de poder, que seria longe de trabalhos domésticos e de pessoas que convivem em um mundo degradado com a presença marcante da pobreza e da violência.

Deste modo, ao pensarmos no desfecho de Maria, percebemos que problemas de ordem nacional estão ali situados, como as mazelas sociais provocadas pelo período escravocrata e, conseqüentemente, as relações raciais ambíguas, havendo também uma ausência de distinções raciais claras, fato que observamos até os dias de hoje, por meio das discussões acerca de questões étnicas em nosso país.

Nesse sentido, é possível repensarmos o mito fundador das relações raciais brasileiras, “a democracia racial”, sendo esta apenas uma teoria para mascarar o preconceito racial, que nem mesmo o status e o dinheiro poderiam erradicar.

Percebemos um contraste acentuado entre as narrativas na abordagem do aspecto racial; em Maria, há o assassinato brutal da personagem: “A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher” (EVARISTO, 2016, p.42)

Diante disso, não há, assim, a romantização da condição de subalternidade dos negros, acatando os discursos e os abusos do outro, mas sim um ideal de resistência. O episódio em questão nos permite refletir, ainda, acerca do quanto o corpo da mulher negra foi visto, no decorrer da história, como objeto legítimo para o abuso, sendo brutalizada sem que houvesse conseqüências para o agressor, mesmo quando não era rico, bastando ser branco.

Câmara Júnior defende, entre outras questões, que há duas vertentes principais que norteiam os estudos estilísticos, uma voltada para o social e outra para o individual, porém em nenhum dos casos pode-se desconsiderar a língua, pois ela não é de ordem individual. Certamente tanto Emecheta quanto Evaristo encontraram umas formas de abordagens literárias que caracterizam seus escritos através do tipo de linguagem utilizada, das semelhanças com alguma escola literária, construindo, assim, suas identidades enquanto sujeito escritoras.

No que diz respeito às funções de manifestação anímica do autor narrador e/ou personagem, bem como o apelo social tomando como objeto de estudo as relações sintáticas entre substantivo e adjetivos nos contos. Maria, por exemplo, traz no título uma adjetivação, expressa através da simbologia do nome, a beatificação, o nome da mais importante mãe da história do Cristianismo. Porém, ao mesmo tempo, apresenta-se uma certa dualidade, tendo em vista que é também o nome de uma pecadora, adúltera, que por pouco não foi apedrejada.

Dentre os traços estilísticos que se sobressaem no conto em questão, podemos observar substantivos que refletem a situação de dor, abismo social e econômico que vive a personagem:

No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os **restos**. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as **frutas** e uma **gorjeta**. O osso a patroa ia jogar fora. (EVARISTO, 2016, p. 39, grifos nossos)

Os substantivos grifados possuem considerável força significativa, pois situam o lugar que essa mulher está inserida. O texto é construído com frases curtas, abordando um leque de temáticas como a paternidade, abandono, violência, trabalho informal, entre outros. O conto pode ser visto como uma metáfora da vida dos pobres do nosso país, que, além de enfrentarem o sistema, são vítimas de seus iguais. Os personagens, além de representarem uma crítica à situação político-social do país, podem ser vistos também como estopim da revolta dos interlocutores, que podem analisar o quanto os ideais colonialistas conseguiram estratificar o racismo no país.

Os efeitos da suposta superioridade do homem branco são enxergados como benefício e não como violência, o negro é visto como selvagem primitivo, sem nenhum tipo de valor civilizatório, e tal alienação faz com que violências provocadas pelo racismo estrutural não sejam questionadas, sejam passíveis de falta de punição para outros, quando estes têm um corpo não negro.

Outro traço estilístico do conto é o discurso indireto, que é produzido a partir de um foco narrativo em 3ª pessoa e traz marcas de um texto realista que coloca em voga o grito dos excluídos. A manifestação psíquica deste conto está voltada para questões sociais.

O conto “Quantos filhos Natalina teve?”, por sua vez, se difere um pouco da narrativa anteriormente mencionada ao focalizar a questão da mulher e do corpo, distanciando-se da concepção de mulher-objeto, da sexualidade controlada. Natalina, pois, renega os papéis sociais de mãe e esposa, negando-se a cumprir as exigências do patriarcado, afastando-se do que é socialmente aceitável para uma mulher.

O texto, é narrado em terceira pessoa, e traz um entrecruzamento entre maternidade romantizada e violência física. Embora Natalina pertença a uma família pobre, convive com o modelo estrutural e nuclear, uma mãe (empregada doméstica),

pai e sete filhas. De acordo com o texto, percebemos o quanto a prática do aborto é recorrente para a mãe, que se utiliza de chás abortivos, e, em último caso, recorre à parteira do morro, que também faz procedimentos abortivos. A mãe de Natalina não revela nenhum tipo de afeto em relação à gravidez da filha, utiliza termos como “troço” e “coisa” para referir-se ao feto.

Natalina torna-se uma “menina-mãe” aos 14 anos de idade e acaba por rejeitar seu primeiro filho, assim como os outros dois que o sucedem. Rompe com as expectativas masculinas e, sobretudo, com o discurso social que insiste em tornar inseparável a imagem da “verdadeira mulher” com a da mãe.

Conceição Evaristo reveste suas palavras decerto lirismo ao longo do conto: “condoeu da mulher que almejava sentir o útero se abrir em movimento de flor-criança” (EVARISTO, 2016, p.48). Isso, de certa forma, é um contraste com as violências de cunho psicológico e físico que a personagem sofre, sobretudo na quarta gravidez, episódio que ocorre quando ela é retirada de casa algemada, após ser estuprada: “Ele “puxou-a violentamente jogou-a no chão”... desamarrou mãos, exigiu que lhe fizesse carinho e violentou-a: “Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela” (EVARISTO, 2016, p. 50).

O estupro é reconhecido como uma das formas mais arcaicas de violência, e em muitos momentos utilizado como uma arma de guerra; ainda assim, é silenciado em escala mundial pelas mídias, por mais que afete mulheres de todas as classes. De acordo com as perspectivas internacionais, por exemplo, em alguns países muçumanos, a mulher é considerada propriedade do marido e deve acatar a sua vontade de ter relações sexuais sempre que ele demonstrar interesse, mesmo que ela despreze a ideia, de modo que ali o estupro é institucionalizado.

Nesse contexto, o Paquistão transforma as vítimas da violência sexual em criminosas, são encarceradas e acusadas de adultério, assim dissimulam-se estupros ocorridos na própria família. Em alguns países europeus e americanos, a violência de cunho sexual é reconhecida como crime qualificado, mas ainda assim as mulheres se calam por medo de descrédito, represálias e sobretudo por medo da morte.

Angela Davis (2016) chama a atenção para o quanto as sociedades em todo o mundo recriminam as mulheres e não os seus algozes, apontam e discutem a maneira que essas mulheres devem se vestir, comportarem-se, declarando suas saídas noturnas como nocivas e absurdas, corroborando, assim, com uma espécie

de proteção ao comportamento masculino, de modo que consideram o homem incapaz, por natureza, de dominar seus impulsos sexuais.

Conceição Evaristo utiliza personagens protagonistas femininas, utilizando uma linguagem que se aproxima de um discurso de inconformismo, um discurso de denúncia, embora exija atenção do leitor para chegar a tal conclusão.

No Romance *As alegrias da Maternidade*, de Buchi Emecheta, as personagens protagonistas também são figuras femininas. Emecheta, com um estilo não tão moderno, porém não menos vivaz, nos apresenta um território onde a tradição é a regra, e a partir dela faz uma crítica social à questão dos valores patriarcais, mas também coloca em foco a questão da sexualidade, da maternidade e da mulher. Sendo ela uma vítima dos homens e da sociedade em que está inserida, é também responsável por manter a família, os filhos no que se refere aos aspectos econômicos, ainda que não tenha o esforço reconhecido.

A autora aborda também o envelhecer a partir de um personagem feminina, e nos faz pensar o que teremos quando não formos úteis como força de trabalho. Na sociedade atual, a instituição família é percebida de formas diferentes pelas pessoas, oportunizando diferentes concepções de família, para além daquelas que são compostas de forma tradicional, ou seja, pai, mãe e prole, que têm em comum o laço sanguíneo. Como exemplo desses diferentes arranjos familiares, há aquelas famílias que surgem a partir dos laços de afinidade, ocorrendo assim, novos casamentos, trazendo novos agregados para a família, genros, noras, cunhados, netos e bisnetos.

Os moldes da família contemporânea são baseados no patriarcalismo, o termo em questão, entre outras coisas caracteriza a mulher como ser inferior aos homens, e defende que estes por sua vez, devem manter a supremacia nas relações sociais

Os homens não sofrem as mesmas cobranças que as mulheres por parte da sociedade, são acostumados desde muito jovens a terem muita liberdade, irem aonde têm vontade, serem servidos, dentro de casa e fora dela. Por outro lado, exige-se deles que reprimam certos comportamentos que emasquem suas imagens de fortes e poderosos, a saber: chorar, mostrar-se muito sensível. Espera-se que empreguem seu tempo trabalhando e aumentando seu capital, pois, se não ganham dinheiro, são considerados fracassados.

Embora a obra de Emecheta não evidencie através de suas personagens o inconsciente do ser humano, seus pensamentos e questionamentos, ela provocando certa expectativa no leitor. O romance reflete posicionamentos da sociedade nigeriana da época, e que mesmo passados mais de cinquenta anos, continuam atuais. Interpretamos a obra de Emecheta procurando compreender os sentimentos de Nhu Ego enquanto filha, mulher, esposa, matriarca de uma família, tendo em vista que toda a ação se desenrola a partir das experiências vivenciadas por ela.

Família e capital mantem uma relação intrínseca desde tempos remotos, sobretudo para a burguesia acostumada à busca pela imagem perfeita, na qual na maioria das vezes a mulher é um “bibelô”, algo para ser exibido e causar inveja aos demais. Desta forma, a vida social do homem só tem importância se estiver atrelada e integrada à família através de uma moral bem específica como a que nos apresenta Durkheim: “Moral [...] é tudo que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com o seu próximo, a regular seus movimentos em outra coisa que não o impulso de seu egoísmo” (DURKHEIM, 1996, p.41).

Essa problemática é algo que não se concretiza na família em questão, tendo em vista que percebemos que o que há em demasia é uma busca por manter a aparência de “família perfeita, e que os laços familiares, por vezes, são incentivados e todas as fases da vida das mulheres são regidas por convenção, interesse, qualquer outra coisa, não necessariamente o amor.

Na sociedade na qual a personagem está inserida, em seu espaço ficcional, as aparências importam mais que essência do ser humano. Inclusive, muitos julgam o grau de felicidade das outras pessoas de acordo com a forma como estão vestidos, lugares que frequentam.

Em meio a essa família que sofre com problemas financeiros, porém insiste em mostrar o contrário sempre que possível em reuniões com os amigos, há encontros nos quais existe uma disputa implícita entre as mulheres, todos querendo demonstrar para o outro, que vive muito bem; se não economicamente, mas com a quantidade de filhos que tem. Contudo, mal têm dinheiro para a alimentação deles e ainda assim continuava a engravidar: “a nova gravidez não era motivo para festejos, seria simplesmente mais uma boca para alimentar (EMECHETA, 2017, p. 191)” e, assim, as dificuldades financeiras aliadas aos atritos vivenciados no lar de Nhu Ego, Nnaife e Adaku faz com que convivam permanentemente em um clima tenso.

Nhu Ego acreditava que os homens deveriam ser fortes, ter ordem, caso contrário, não mereciam respeito de ninguém quanto mais o seu. Ela rememora o quanto o pai era corajoso, forte e como suas mulheres eram obedientes ao marido, porque ele sim, “era um homem de verdade” .

A personagem mostra em seus discursos, através de seus pensamentos, que são narrados por um narrador em 3ª pessoa, heterodiegético (apresenta conhecimentos dos fatos, mas não faz interferência sob eles), que é machista e que tem os resquícios do pensamento patriarcal infiltrado em suas concepções e maneira de observar a vida.

O comportamento dela nos permite questionar o quanto seus posicionamentos acerca do ideal de homem e de mulher tendem a influenciar o comportamento de sua família, já que ela tem uma ideia restrita de masculinidade como tudo aquilo que é forte (não somente biologicamente, mas também nos moldes modernos), aquele que deve se sobressair em relação à inteligência, cargos profissionais, comando da casa, em todos os papéis superando as mulheres. Colocamos aqui o “Perigo de uma história só”, da escritora nigeriana Chimamar Adichie (2015):

O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é muito estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensina-mos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são- porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, *homens duros* (ADICHIE, 2015, p. 29, grifos da autora).

O próprio Nnaife desconstrói o estereótipo de pai autoritário, por mais que tente, haja vista que é impossível não assimilar o discurso que coloca o homem como macho dominante nas relações sociais, econômicas e culturais. O comportamento da personagem em questão destoa do que é esperado, contudo, lembramos de Butler (2017, p.18) quando afirma que o “eu não tenho história própria que não seja também a história de uma relação ou conjunto de relações para com um conjunto de normas”. Normas essas que são internalizadas pelas mulheres, que acabam por incentivar estereótipos de seus próprios grupos, estigmatizando a si mesmas e aos homens, esperando um dado comportamento destes para assim poder respeitá-los.

Desta forma, percebemos que a personagem em questão não é caracterizada

como personagem de costume, que segundo Candido (2000, p. 61), “são apresentadas por meio de traços distintivos, fortemente escolhidos e marcados e podem ser facilmente compreendidas por um observador superficial”. Ela é antes uma personagem complexa, que nos surpreende a maneira que a narrativa avança.

A partir da narrativa, Emecheta mostra o quanto uma das mais importantes instituições da história, a família, vive a partir de comportamentos que beiram à hipocrisia. As relações de poder e a importância que é dada às aparências ultrapassam todos os conceitos morais e amorosos que se espera de uma família. A autora reflete, ainda, acerca do maniqueísmo, por meio das personagens da obra, em especial o caso de Nhu Ego, que é vista como uma mulher realizada com muitos filhos; mas também é vítima de egoísmo, pois seus filhos demonstram falta de interesse em cuidar dela.

Quando atentamos para a pertinência das questões abordadas pela autora, conseguimos refletir acerca de questões psicológicas inerentes aos personagens, invadindo as suas intimidades e aguçando a nossa curiosidade.

Nesse sentido, é possível, por meio da literatura, adentrar todos os “mundos”, atingir lugares “inférteis” para outras disciplinas, outros campos. Produzir diferentes discursos que adentram lugares distintos, por vezes desconstruindo produtores de subalternidades: tudo isso através de literaturas que vão daquelas reconhecidas como “pormenores”, com notável influência oral, afastando-se, desta forma, da preocupação com a palavra perfeita, sem deixar de considerar também o cânone literário.

A literatura canônica, por muito tempo tem dominando o mercado editorial, buscando a representação dos protagonistas, da estrutura adequada ao gênero, enquanto as novas literaturas, dentre elas aquelas que recebem a nomenclatura de literatura de multidão, defendem “que o nomadismo contemporâneo, tão metaforizado nas últimas décadas, não encontra zonas sem vínculos, zonas virgens, desapropriadas” (JUSTINO, 2014, p.141).

Assim, mais uma vez nos voltamos para o tecido social e a influência que ele tem sobre o comportamento dos indivíduos, sobretudo no que condiz às mulheres, e às cobranças exacerbadas com as quais têm que conviver diariamente. Lembramos, assim de Aristóteles, tendo em vista que para o filósofo a maior de todas as virtudes é a justiça, sua força em relação às demais, atinge a perfeição, desta forma, de todos os males, a injustiça é o maior, pois destrói o tecido social.

Ao que parece, o machismo está infiltrado em todas as culturas. Desse modo, fica-nos evidenciada a representação simbólica da figura feminina como elemento propulsor de choque e de desequilíbrio na ordem estabelecida. Notamos, ainda, que enquanto as personagens masculinas são vitimadas pelas relações de poder político e mítico, as femininas são alvo tanto dessas relações quanto das prescrições do patriarcado.

Historicamente, as mulheres por muito tempo tivéramos seus direitos negados, dentre eles, o direito de promover a escrita, tendo que recorrer a pseudônimos de homens para através da literatura se expressarem. O apagamento da voz feminina ocorreu de forma contundente na literatura. Embora em diferentes épocas, com diferentes temáticas, escritoras publicaram seus textos, mas não conseguiram o mesmo reconhecimento que os escritores homens, uma vez que, em uma sociedade estratificada como a nossa, a literatura também pode ser estratificada. Nesse sentido, as instâncias de legitimação veem como não literários textos produzidos por autores fora dos padrões pré-estabelecidos.

Rememoramos assim, o episódio envolvendo Conceição Evaristo, quando no ano de 2018 a autora registrou a candidatura para ocupar a cadeira 7 da ABL (Academia Brasileira de Letras). Aos 71 anos de idade, a escritora mineira causou incômodo à instituição, pois ao decidir pleitear a vaga, não tentou estabelecer vínculos com os “imortais” para obtenção de votos. Ela entrou na disputa pela falta de representatividade negra e feminina na centenária academia, contudo recebeu apenas um voto. Caso tivesse sido eleita, Evaristo seria a primeira escritora negra da história da ABL, ocuparia a cadeira cujo o patrono é o poeta baiano Castro Alves. Dentre os trinta e nove acadêmicos, cinco são mulheres, e um negro.

Conceição Evaristo apenas dispôs as suas obras e se inscreveu, não utilizou as estratégias dos demais participantes, e assim a ausência de medidas e política de indicação promoveram uma barreira social que a impediram de conseguir a vaga.

As forças que atuam contra as escritoras, seja nesse concurso em específico ou em busca de oportunidades para publicação de suas obras, revelam que contra elas existem uma articulação de forças em termos simbólicos e de capital, que buscam menosprezar suas trajetórias por não corresponder ao perfil e padrão dos grandes escritores. A genealogia e a história literária insistem em pressupor que há só uma história e uma única tradição. Essa tradição histórica nos coloca diante de muitas injustiças, como é o caso do machismo e da estigmatização sofrida pelas

mulheres do mundo medieval até à contemporaneidade.

A escrita feminina está transpassada por uma pluralidade de diálogos culturais. As obras produzidas por mulheres por vezes levantam questionamentos acerca da universalização da leitura e escrita. Assim, mesmo a literatura ainda sendo considerada um espaço composto majoritariamente por um único grupo social, paralelamente autores provenientes de camadas populares conseguem compartilhar suas experiências individuais e coletivas, inclusive como denúncia.

3 CONCEIÇÃO EVARISTO: LITERATURA, MATERNIDADE E VIOLÊNCIA EM DISCUSSÃO

3.1 Evaristo no contexto da literatura negro-brasileira

A ausência de um projeto social que englobasse a massa de ex-escravos ainda é uma discussão atual, tendo em vista que o Brasil não progrediu no levante às questões étnicas, sociais e econômicas que privilegiem ou ao menos não excluam pessoas negras, sendo característica do nosso país a imposição de um bloqueio social às pessoas que provêm de lugares pobres, sobretudo sendo negras.

As questões de supremacia racial surgem desta forma em todos os contextos, não ocorrendo de forma alguma a partilha de poder, contudo, até nesses momentos é possível sobrepor estas imposições, e esse silenciamento pode ser rompido por seus próprios integrantes, os ditos subalternos, através de instrumentos libertadores tais quais as produções literárias. Através dos textos literários, o autor, sendo integrante dos grupos marginalizados, questionar e, ao mesmo tempo colocar em evidência aquilo que Cuti (2010) nomeia de “complexo de vira-latas”, que é quando ocorre uma ideia de valorização da cultura do outro (estrangeiro, branco, na maioria das vezes rico) em detrimento da sua (negro), ocorrendo o desprezo por sua própria identidade.

Na produção Literária de Conceição Evaristo, a autora em questão consegue expor as injustiças das subclasses brasileiras, sobretudo as negras, destacando a imposição da assimilação da cultura branca perante os negros, a maternidade negra, marcada pela exclusão, enfim, o encarceramento em massa que faz parte da existência das minorias.

Assim como expusemos o lugar da escritora Nigeriana, Buchi Emecheta, que orienta parte do nosso trabalho, compreendemos ser imprescindível situar a escritora brasileira Conceição Evaristo e a importância de suas obras dentro da literatura contemporânea brasileira, tendo em vista que seus textos também fazem parte do *corpus* em análise.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2018, o Brasil é considerado a nona economia mundial, contudo enfrenta sérios problemas com desemprego, educação, saúde, segurança pública e racismo. O nosso país é famoso no mundo, por exportar ideias relacionadas à diversidade, valorização das

belezas de seu povo, quando na realidade, parte da população convive com a depreciação de suas etnias, religiões e cultura.

Os resquícios de um passado não tão distante na sociedade brasileira, faz com que tenhamos herdado hábitos desagradáveis, atitudes violentas em relação aos negros, homossexuais, mulheres. Haja vista que no período que o Brasil foi colonizado por Portugal tais práticas eram ignoradas, e passavam despercebidas na sociedade, sendo muitas vezes exaltadas no campo literário, ao invés de questionadas e rejeitadas. O caso do escritor Monteiro Lobato que em 2014 foi levado aos tribunais para que sua obra *Caçadas de Pedrinho* (1933) fosse retirada do Programa Nacional Biblioteca da Escola, devido ao seu conteúdo de teor racista, explicita que nos tempos hodiernos tais práticas não mais são aceitáveis, cada vez mais as pessoas vêm a desprezar.

Na contramão de escritores que põem em lugar elevado as discriminações contra as minorias, os intelectuais negros reafirmam através da literatura a importância da valorização das identidades culturais e história afro-brasileiras.

Dentre esses escritores, Conceição Evaristo, ocupa um lugar de destaque tanto na prosa como na poesia, abordando temáticas pertinentes à memória e lutas da população afro-brasileiras, tendo uma certa disposição para refletir a situação das mulheres negras, e suas trajetórias de lutas por espaço na sociedade. Assim, sua produção literária traz traços biográficos, pois como muitas de suas personagens, na infância e juventude ela sentiu as dores provocadas pelo racismo, e abismo social que dificultou a garantia de direitos básicos como educação.

A escritora nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1946, registrada e criada por sua mãe, sem a presença do pai biológico no momento do registro, tampouco na sua vida. Teve uma infância marcada pela pobreza, por isso, aos sete anos foi morar com uma tia, para que a sua mãe tivesse um alívio nas despesas.

A partir dessa mudança para a casa da tia, Evaristo conseguiu se dedicar aos estudos com mais calma, mas ainda assim não foi possível escapar das distinções de tratamento entre alunos negros x brancos, alunos do andar superior x alunos do porão da escola, sendo por vezes, impedida de participar dos eventos da instituição. Mesmo diante de uma prática pedagógica excludente, ela conseguia se sobressair nos estudos, nos concursos de redações, era uma aluna questionadora e pouco passiva, a leitura e a escrita sendo importantes antídotos para enfrentar os problemas de ordem social: “A limitação do espaço físico e a pobreza econômica em

que vivíamos eram rompidas por uma ficção inocente, único meio possível que me era apresentado para escrever os meus sonhos” (EVARISTO, 2005, p.01).

Fica evidente assim, que vida e obra se misturam, surge a escrevivência, a escrita que nasce do cotidiano, de suas experiências, de mulheres e homens por muito tempo silenciados, das histórias de seu povo. A autora apresentou ao Brasil e a vários países no mundo os dilemas enfrentados pelos afrodescendentes brasileiros, quando argumenta o fato de que “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos” (EVARISTO, 2007, p.21). A escrita, para Evaristo, é um ato político, revolucionário, conforme a própria autora confessa:

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio oposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo. (EVARISTO, 2005, p. 202).

A literatura sempre esteve presente na vida de Maria da Conceição Evaristo de Brito, mas somente na década de 80, ela entrou em contato com o grupo *Quilombohoje*, coletivo cultural responsável pela publicação da série *Cadernos Negros*, para então publicar seus primeiros escritos em 1990. Aproximadamente uma década mais tarde, lançou *Ponciá Vivência* (2003) e *Becos da Memória* (2018), ambas as narrativas trazendo uma intensa discussão acerca de gênero, classe, raça, e territorialidades, envolvendo sobretudo os espaços do campo, periferia que são ocupados na sua maioria por negros, mas lhes são negados autoridade sobre eles. Dessa forma, ao questionar sobre identidade e diferença no interior da linguagem, como atos de criação linguística, Evaristo defende o seguinte posicionamento:

A literatura, espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos, apresenta um discurso que se prima em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. Percebe-se que na literatura brasileira a mulher negra não aparece como musa ou heroína romântica., alias, representação nem sempre relevante para as mulheres em geral. A representação da mulher negra, ainda ancorada nas imagens do seu passado escravo, do corpo/procriação e, /ou corpo-objeto de prazer do macho senhor, não desenha para ela a imagem de mulher mãe, perfil desenhado para as mulheres brancas em geral. (EVARISTO, 2005, p. 202).

Assim como esses espaços negados, direitos não reconhecidos, por muito tempo a maternidade negra foi sequestrada na literatura brasileira, contudo, Evaristo através da sua escrevivência, é uma das autoras contemporâneas que conseguem ressignificar as suas experiências, pois mesmo sendo a mais velha de sete irmãs, teve sempre uma relação de admiração e proximidade com a mãe, a relação com a leitura/escrita tendo início a partir do contato com os cadernos de dona Joana, que continham poesias, frases soltas, narração dos percalços vivenciados dentro da favela, tais experiências sendo assimiladas por Conceição Evaristo, tempos depois influenciando a sua escrita.

Nos deparamos com a difícil, porém necessária, verdade que o papel da mulher negra no interior das famílias é pouco discutido. Nos livros e escritos que constituem por si próprios uma das formas de conhecermos outras culturas, o matriarcado negro é praticamente inexistente. Por conseguinte, é quando percebemos o quanto a escrita de Evaristo é importante, pois nos faz perceber e comparar suas personagens, majoritariamente mulheres, fortes, negras, sofridas, mas que tem esperança no futuro, em detrimento de um estereótipo caricatural da mulher negra, como por exemplo Bertoleza, a escravizada que não se rebela contra a condição que se encontra e termina por se deixar levar pela promessa de liberdade, suportando os maus tratos e satisfazendo-se com a presença do patrão-amante, ainda que ele tivesse por ela apenas repugnância. Outro exemplo dessa situação é Rita Baiana, a personificação da beleza, da sensualidade da negra brasileira, que se relaciona com homens casados e traz consigo o ideal de rebeldia, extravagância e até mesmo irresponsabilidade.

A literatura negro-brasileira, na qual a crítica literária aloca Evaristo, busca desnaturalizar essas concepções estratificadas que envolvem a figura da mulher negra, e para tal utiliza a memória histórica em seus textos e, sobretudo, “a fala de um corpo que não é somente descrito, mas antes de tudo vivido” (EVARISTO, 2012, p.6). Segundo Hall (2009), a cultura é uma importante prática social, de modo que através dela as sociedades refletem suas experiências comuns, contudo tal prática também está relacionada a espaços de poder. Nesse sentido, existem grupos privilegiados que utilizam a produção cultural como meio de dominação das massas. A literatura brasileira evidencia e categoriza os espaços dessa “massa”, os pobres, negros, empregadas domésticas, entre outras pessoas que não estão situadas nos

espaços de poder, desta forma suas vozes são silenciadas pelos setores públicos, pela sociedade e inclusive pela literatura.

Mesmo o Brasil sendo um país extenso e com contribuições culturais de diferentes grupos étnicos, foi necessário surgir em sua literatura, uma outra ramificação: a literatura afro-brasileira, que colocasse em evidência a configuração identitária dos negros e não somente da elite, passando a questionar os discursos oficiais sobre o nosso país. Com isso, temos então Conceição Evaristo como uma das autoras questionadoras das noções de Brasil e brasilidade enaltecidas ao longo dos séculos por políticos e escritores, até então preocupados em perpassar um ideal de comunidade imaginada, colocando como temáticas centrais da suas narrativas aquilo que não “manchasse” a reputação do país, não fazendo referência às questões como racismo e cultura negra.

Se aprofundarmos a questão, a raça será sempre um complexo perverso, gerador de medos e tormentos, de problemas de pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica é uma figura da neurose fóbica, obsessiva e, por ventura, histórica (MBEMBE, 2014, p. 25).

Atualmente, muitos dos nossos escritores revelam através de suas produções, o quanto o ideal de democracia racial é apenas uma teoria, uma “caricatura” para não deixarem o mundo perceber o quanto a sociedade brasileira é excludente e considera raça, classe. A escritora em questão incorpora ao texto problemáticas que atingem a população afrodescendente, no levante a importantes questões determinantes na trajetória dos negros, como a vida social e a exclusão do mercado de trabalho, por exemplo.

Evidenciamos, pois, a importância da produção literária feminina e das autoras norteadoras desta pesquisa, devido à literatura africana e afro-brasileira poderem ressignificar os valores humanos, minimizando a força de estereótipos e estigmas sociais que permeiam as sociedades brasileira e africana. Assim, é preciso refletir sobre a influência do discurso patriarcal em âmbito social e o lugar subalternizado delegado à mulher por ele, sobretudo às negras. Nessa perspectiva, problematizaremos a representação da maternidade para a mulher africana e afro-brasileira na literatura, bem como as suas relações com a sociedade, com o mundo profissional, com o matrimônio e, conseqüentemente, com a sua prole.

Posto isso, neste capítulo investigaremos de que forma os contos “Maria” e “Quantos filhos Natalina teve?”, presentes na antologia *Olhos d’água* (2016), da escritora brasileira Conceição Evaristo, podem contribuir para a ressignificação de valores estereotipados, que circundam a cultura e a literatura africana e afro-brasileira, no que concerne à figura do feminino e suas relações com a maternidade. Nesse sentido, objetivamos ainda analisar a representação da maternidade e sua relação com as mulheres na literatura africana e afro-brasileira, situando a produção literária da autora supracitada como lugar de resistência, como um espaço de sua voz fazer-se ouvida. Nesse sentido, este capítulo dar continuidade à discussão do capítulo anterior, mas em um panorama brasileiro.

3.2 Maternidade e sangue: o estereótipo da mãe brasileira, pobre, negra e periférica

O livro da feminista francesa Elisabeth Badinter, *O amor incerto: história do amor maternal* (1980a), nos concede um nítido entendimento de como o amor materno é desfecho, não de uma intuição materna, mas de uma elaboração histórica, social e cultural e de como a cautela com a criança pode ser executado por substitutos. O livro conta a “história do amor maternal do séc. XVII ao séc. XX”, ela afirma que amor de mãe não é um dado adquirido, pois nem todas as mulheres querem ser mães, e nem todas as mães amam de fato seus filhos.

Segundo a autora, o amor maternal não significa mais do que um sentimento humano, porque como todos os sentimentos ele é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente às ideias dominantes, talvez não se encontre inscrito em profundidade na natureza feminina. Quando observamos a evolução das atitudes maternais, verificamos que o interesse e a dedicação pela criança ora se manifestam, ora não se manifestam. A ternura ora existe, ora não existe. As diferentes maneiras de expressão ao amor maternal vão do mais ou menos, passando pelo nada, ou pelo quase nada.

Sabemos que a autora se refere, principalmente, ao amor de mãe ocidental, ou seja, a mãe, no sentido habitual do termo (quer dizer, a mulher dotada de filhos legítimos), é um personagem relativo e tridimensional. Relativo, porque a mãe não é concebível a não ser por referência ao pai e à criança. Tridimensional, porque, para

além desta dupla relação, a mãe também é uma mulher, quer dizer, um ente específico dotado de aspirações próprias que muitas vezes nada têm a ver com as do esposo e com os desejos da criança.

Nesse sentido, de que forma podem ser compreendidas as designações de ser mãe nas culturas africanas que abrangem diversidades e determinações próprias a cada um dos países da África? Pensamos nesse contexto, visto que tais sofreram transformações históricas, tanto dentro do continente africano quanto nos países em que foram inserindo-se a partir dos processos coloniais e do período de escravização dos africanos (através do comércio).

Essas culturas, no entanto, enfrentam uma estereotipação por parte das sociedades, sobretudo pela veiculação de discursos midiáticos e políticos, principalmente a África subsaariana, que por muito tempo recebeu a alcunha de África negra, por razão da predominância de povos de pele escura.

Em muitas partes do território brasileiro é possível perceber a influência da cultura advinda de países africanos, sobretudo Angola e Nigéria, que se mostra na culinária, no vocabulário, na religião, na música, na dança, etc. Contudo, a sociedade – alicerçada nos moldes eurocêntricos – tende a estigmatizar as culturas africanas, lhes atribuindo valores negativos e historicamente naturalizar o discurso que traz como ideia principal a inferioridade dos negros no que concerne ao homem branco. Como resultados de tais suposições, ainda no período iluminista, época em que os europeus estavam proferindo mundialmente a importância do uso da razão e adentrando ao campo de produções filosóficas e intelectuais, era comum tais estudiosos afirmarem que o corpo dos negros era nascido vigoroso e acostumado a alimentos grosseiros, enquanto os homens brancos não resistiriam a tais condições.

São questões como estas que encontramos em *A invenção do ser negro: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros* (2005), de Gislene Aparecida dos Santos, e nos fazem refletir o quanto, desde muito tempo atrás, raça é classe, e notadamente o preconceito que inicia na cor da pele, rapidamente foi expandido para todos e qualquer lugar que fosse atribuído ao negro.

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornas possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, p. 18).

É perceptível, assim, a partir dos processos de colonização dos países africanos como a luta entre colonizadores e colonizados foi mais além de um embate por território, foi também uma luta ideológica pelo direito daqueles que tiveram suas terras invadidas e riquezas dizimadas, de preservar seus costumes, mesmo o poder colonial tendo utilizado diferentes mecanismos para legitimar o seu poder sobre aqueles que consideravam “seus para governar”.

Assim como impactou os territórios e culturas africanas, o homem europeu também impactou visões sobre concepções de arte, sendo considerada maior ou mais elevada quando realizada por alguns povos em detrimento de outros, pois para esses indivíduos os povos estão divididos em diferentes graus de desenvolvimento social, essa desigualdade é utilizada muitas vezes como justificativa, como uma necessidade para que haja progresso, mas obviamente esse aperfeiçoamento leva em consideração a melhoria de status econômicos do homem branco.

A ordenação institucional onde o racismo se divide em ações, buscam invisibilizar ou até mesmo eliminar o negro, delimitando os espaços sociais que eles devem ocupar, continua a ser uma realidade, tanto em um continente como a África, que teve durante séculos seu povo sequestrado e vitimado pelos horrores provocados por um regime constitucional em praticamente todo mundo, e até hoje não se comove com as tragédias ocorridas em países situados nessa parte do mapa, mas continua a disseminar estereótipos acerca deles.

Ou, se pensamos nesses espaços em um país como o Brasil, imediatamente nos remeteremos aos locais com maior número de negros, como as favelas e periferias, lugares onde a violência contra esses que estão nas margens é permitida e até mesmo justificada pelas instituições governamentais. Nesses espaços, é comum ocorrerem “erros” e que jovens sejam assassinados por “engano” ao serem confundidos com bandidos que atuam naquela área, afinal, ao que parece “todos os negros são praticamente iguais”. E assim, os discursos continuam a se perpetuar e os espaços sociais reforçam o lugar de fala de brancos e negros em todo o globo.

O mundo moderno e capitalista busca diferentes estratégias para impulsionar os mercados financeiros, sendo assim, dentre as mais famosas datas estão as do dia das mães. Existe uma romantização em relação à maternidade, sendo considerado o principal “dever” ou “dádiva” para uma mulher. Por conseguinte, uma mulher que não dar frutos, seja por ser estéril ou por escolha está fadada ao fracasso.

A virilidade era atributo fundamental de honra de um homem. Já a fecundidade das mulheres era louvada em todas as formas de arte: escultura, dança, pintura. A esterilidade feminina era vivida como uma maldição. “Sem filhos, está nu” dizia um antigo provérbio ioruba. O homem lutava pela esposa mais fecunda. (DEL PRIORE, 2006, p.64).

É praticamente impossível deixar de refletir sobre os fardos que tais afirmações representam na vida das mulheres, que desde cedo convivem com discursos como estes, tendo suas vidas direcionadas pelo patriarcado e suas exigências. A insistência em atribuir papéis sociais às mulheres é uma prática presente em muitas sociedades, dentre os quais os de mãe e esposa parecem sobressair-se, alcançando todas as classes sociais e etnias, pois se nem mesmo as mulheres brancas e burguesas conseguiram afastar-se de tais exigências, tampouco as mestiças e negras seriam isentas. Evidentemente, a maternidade acontece de maneira diferente para elas. Historicamente, ao pensarmos em maternidade iremos certamente nos deparar com dois extremos, tendo em vista que a realidade entre mães brancas e mães negras destoam de muitas formas. Justificamos tal afirmativa utilizando as narrativas de Evaristo, ao observarmos as situações vivenciadas pelas personagens mulheres, mães, negras. Segundo a autora:

Às mulheres negras não foi preciso repetir o discurso da necessidade de romper com a prisão do lar e do direito ao trabalho, pois elas sempre trabalharam desde a escravidão, inclusive nas ruas, como as escravas de ganho. E com a *Abolição*, confirmaram o papel de provedoras material e espiritual da comunidade afrodescendente, quando o homem negro ficou mais vulnerável às transformações sociais da época. Nesse momento, a mulher negra, se valendo de uma herança religiosa africana produz seus modos sobrevivência. (EVARISTO, 2005, p. 203).

No conto *Quantos filhos Natalina teve?* (2016), a personagem protagonista, durante a narrativa, engravida quatro vezes e a maioria de suas gestações são sinônimo de vergonha, dor e ódio. A primeira delas ocorre quando ela é uma adolescente de quatorze anos, Natalina, está descobrindo o corpo junto com o “namoradinho” Bilico. Soma-se à pouca idade o desespero de uma gravidez na adolescência. A mãe tenta levá-la à Sá Praxedes (uma senhora que realiza aborto clandestinos), mas ela foge, levando consigo a repugnância pelas sensações que aquela gravidez provoca em seu corpo: “Não aguentava se ver estufando, estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela.

Ficava com o coração cheio de ódio”. (EVARISTO, 2016, p.27). Ela deu à luz um filho que doou para uma enfermeira.

A fuga de Natalina é justificada pelo temor da personagem por sua saúde, em razão da mãe querer induzi-la a realizar procedimentos de intervenção em sua gravidez, uma vez que o índice de mulheres negras, que morrem nestes processos cirúrgicos é maior, justamente pela maioria não ter condições de procurar profissionais qualificados, como as pesquisadoras Greice Menezes e Estela Aquino evidenciam na pesquisa “Aborto no Brasil: avanços e desafio para o campo da saúde coletiva”, realizada em 2009. Segundo as autoras, a maioria das mulheres que morrem em decorrência do aborto são jovens, negras, residentes de locais periféricos e, assim, como Natalina, vivem em situações sociais e econômicas pouco privilegiadas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) salienta a importância dos cuidados para a mulher gestante através de um manual intitulado “Recomendações da OMS sobre cuidados pré-natais para uma experiência positiva na gravidez”. Como o título adianta, o documento evidencia que as mulheres devem seguir uma lista de recomendações, como uma alimentação saudável, atividade física durante a gravidez, um suplemento oral diário de ferro e ácido fólico, avaliação do feto com frequência e obviamente as futuras mães devem evitar o excesso de atividades. Tais recomendações em um contexto atual estão dirigidas às populações de todas as nações, por fazer parte da ONU (Organização das Nações Unidas), contudo historicamente os estudos nos mostram que a maternidade para a mulher branca estava majoritariamente cercada por cuidados, pois culminaria em herdeiros, enquanto que para as negras eram por vezes sinônimo de estupros.

Na obra *Não sou eu uma mulher: Mulheres Negras e Feminismo*, hooks (2014, p.19) mostra relatos de ex-escravas que viveram e viram outras mulheres negras sofrerem em cativeiro: “A escravatura foi terrível para os homens, mas foi muito mais terrível para as mulheres. Superando a opressão comum a todos, elas tinham danos, sofrimentos e mortificações peculiarmente próprias”. A maternidade forçada seria certamente um dos principais danos durante o processo de escravidão, a mulher escrava era assaltada e brutalizada, tendo seu corpo explorado como forma de produção de capital para seus respectivos proprietários, e seus filhos não eram considerados seus, pois os vínculos não deveriam ser estabelecidos de forma alguma.

De acordo com Freyre (2003), durante o início do século XVIII o Brasil era conhecido no exterior como “terra da sífilis”, de forma que se atribuía a culpa aos negros pela disseminação da doença venérea, devido à “falta de freios aos instintos, à sua libertinagem”, quando eram obrigados a atenderem os desejos de seus senhores, sendo prática comum o abuso de uma raça por outra.

A terceira gravidez de Natalina corrobora com as lembranças desse passado violento e repleto de imposições envolvendo o corpo da mulher negra, sendo um receptáculo para atender os desejos dos patrões:

A mulher queria um filho e não conseguia. Estava desesperada e envergonhada por isso. Ela e marido já haviam conversado. Era só a empregada fazer um filho para o patrão. Elas se pareciam um pouco. Natalina só tinha um tom de pele mais negro. Um filho do marido com Natalina poderia passar como sendo seu. Natalina lembrou-se de Sá Praxedes comendo crianças. Vai ver que a velha, um dia, comeu o filho desta mulher e ela nem sabia. Lembrou da primeira criança que tivera e que nem tinha visto direito, pois fora direto para as mãos-coração da enfermeira que seria a mãe. Lembrou da segunda que ela deixara com o Tonho, pai feliz. Não entendeu porque aquela mulher se desesperava e se envergonhava tanto por não ter um filho. Tudo certo. Deitaria com o patrão, sem paga alguma, tantas vezes fosse preciso. Deitaria com ele até a outra se engravidar, até a outra encontrar no fundo de um útero, que não o seu, algum bebê perdido no limiar de um tempo que só a velha Praxedes conhecia. (EVARISTO, 2016, p.29).

Enquanto a gestação para as mulheres negras escravizadas era uma tortura à parte, não sendo elas poupadas dos trabalhos braçais, das exigências das cotas diárias e tampouco dos castigos físicos. Conforme hooks, “As mulheres são sujeitas aos castigos tão rigorosamente como os homens: nem mesmo a gravidez as isentava, nesse caso antes de amarrá-las a uma estaca, era feito um buraco no chão para acomodar a forma alargada da vítima” (2014, p.28). Para Natalina, esse terceiro período gestacional foi cercado de cuidados médicos e lazer, contudo nada disso fez com que ela deixasse de se ressentir pelo filho que carregava, tendo até náuseas, provocadas não somente pelo estado em que se encontrava, mas, sobretudo, porque estava protegendo em seu ventre um “estorvo”, a criança faria a alegria de seus patrões que queriam um filho biológico, mas não conseguiam.

Durante o regime de escravidão, a criança filha de mãe negra herdava a condição de escrava da mãe, tendo ainda a ausência do pai como uma realidade, uma vez que o sistema escravocrata queria apenas que as mulheres negras engravidassem, não importando de que maneira, fosse consentida ou forçada, se de

escravos, de brancos, pois não importava a paternidade, a escravidão seria hereditária de qualquer forma.

O conto mostra duas situações que nos induzem a refletir sobre as assertivas acima; a primeira trata-se da segunda gravidez da personagem quando engravidada pela segunda vez, mas continua a rejeitar a maternidade:

Ela, envergonhada, contou-lhe que estava esperando um filho. Que ele a perdoasse. Que ela havia tomado uns chás. Que ela conhecia uma tal de Sá Praxedes... Quando acabou a falação e olhou para Tonho, o moço chorava e ria. Abraçou Natalina e repetia feliz que ia ter um filho. Que formariam uma família. Natalina ganhou preocupação nova. Ela não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho. (EVARISTO, 2016, p. 28).

A personagem prioriza a liberdade e afasta-se do imaginário coletivo de que toda mulher sonha com o casamento e com a formação de uma família no modelo nuclear ocidental, denominação da estudiosa nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004), a autora em questão aborda o modelo de família generificada, no qual a mulher e sua prole são subordinadas a um marido patriarcal. Natalina não se satisfaz em seguir esses conjuntos de regras, tendo coragem para rejeitar imposições como o casamento, não aceitando a proposta do namorado, sendo em último caso ele quem fica com a tutela da criança, pois ela a despreza.

O apoio que a personagem recebe é um tanto atípico. Uma vez que a ausência de pais nos registros de crianças negras alcança níveis alarmantes, a vulnerabilidade da população de mulheres negras no Brasil, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é explícita. Muitas mulheres negras mães solo trabalham e criam os filhos sozinhas e vivem na linha da pobreza, totalizando 64,4% das mães. Não se pode negar a influência de um passado cruel nessa realidade, pois, enquanto houve a exaltação da natureza feminina branca nos papéis de mãe e esposa, as mulheres negras eram perseguidas, seus corpos enviados para a prostituição, estupradas (sendo esse dirigido somente a elas) por feitores, proprietários. A opressão racista e sexista também vem resistindo ao longo dos séculos, porque enquanto o homem negro foi explorado como um trabalhador dos campos, a mulher negra foi trabalhadora dos campos, trabalhadora doméstica, cuidadora de animais e o pior de tudo: objeto de assalto sexual do homem branco.

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial [...] (DANTAS, FERREIRA & VERAS, 2017, p. 40).

Esses silêncios também produzem sentidos, pois são uma forma de a sociedade perpetuar pelo mundo uma imagem embranquecida do país, associando ao negro tudo aquilo considerado negativo. É recorrente afirmar-se, pois, que o corpo do negro é erótico, sensual. Freyre (2003) discutiu tais estereótipos associados pela sociedade aos africanos e seus descendentes; segundo o autor, o branco/ colonizador está acostumado a ser o todo poderoso, dar ordens e viver em “ócio” pela “riqueza adquirida sem trabalho”, por isso a busca por relações sexuais e refinamento erótico será mais recorrente neles. Desta forma, a precoce voluptuosidade, a “fome de mulher” não vem do contágio com uma “raça inferior”, é resultado do sistema econômico e social da nossa formação, alicerçado em abusos e imposições.

Ao passo que ocorre a manipulação dos crimes de cunho racista, de forma que quando ele está sendo discutido seja percebido como exagero ou vitimização. Tornando-se uma ofensa um negro questionar os alcunhas que lhes são atribuídos, comparações esdrúxulas são feitas a partir de suas características físicas, quando deveriam ser tratadas com naturalidade, a exemplo de personagens famosos como Mussum, de os trapalhões e Vera Verão (do programa **A praça é nossa**, da rede televisiva SBT), que foram incluídos na mídia a partir de um exagero pejorativo de suas aparências.

Quando questiona-se as más condições econômicas e sociais com as quais a população negra convive, muitas vezes fazendo-os adentrar ao mundo do crime, uma grande maioria defende que há sempre escolha, a exemplo do esporte, já que grandes atletas negros e de origem pobre são dispostos nas mídias para exemplificar tal afirmação, ou seja, esses discursos expõem que o indivíduo negro

para mudar sua situação financeira deve contar com o talento, pois a educação e os méritos acadêmico-científicos devem continuar a ser privilégios do branco.

O sexismo não permitiu que os homens assumissem tarefas domésticas, mas as mulheres negras foram forçadas a desenvolver atividades também tidas como masculinas. As imposições dirigidas às mulheres são constantes, personagens como a analisada neste conto, torna possível o questionamento de comportamentos cristalizados que exigem que todas as mulheres busquem os mesmos caminhos. A última gravidez de Natalina foi concebida através do estupro: uma violência que obviamente lhe causou pavor:

O homem desceu do carro, puxou-a violentamente, jogou-a no chão, depois desamarrou suas mãos e ordenou que lhe fizesse carinho. Natalina, entre o ódio e o pavor, obedecia a tudo. Na hora, quase na hora do gozo, o homem arrancou a venda dos olhos dela. Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebentar de dor (EVARISTO, 2016, p. 31)

Embora tal violência obviamente tenha causado dor e pavor na personagem, foi a única gravidez que ela quis levar adiante, afinal o filho seria só dela, tendo em vista que ela matou o homem que a violentou, conseguindo o direito à defesa em meio ao sofrimento. A maternidade desta quarta gravidez da personagem já não lhe causava repulsa, pelo contrário, ela ansiava pela chegada do rebento, pois ele seria livre, não seria de ninguém além dela: “estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela”.

Para fazer a leitura desta narrativa nessa perspectiva é necessário partirmos do ponto de que aqueles que defendem que a manutenção do poder deve continuar sob o domínio masculino, dificilmente irão aceitar mulheres que ajam e pensem como a protagonista desta narrativa, mas sabemos que os feminismos são essenciais para a criação de conhecimentos emancipatórios, que permitiram a libertação de grupos oprimidos, embora seja uma luta contínua para que os direitos adquiridos prevaleçam.

Convivemos sob o julgo da necropolítica, ou seja, “a recomendação de agir sobre a população estabelecendo uma política de morte” (NOGUERA, 2018, p.66). Sendo esta eliminação e confinamento em massa uma prática que provavelmente não recebia este nome nos séculos XVII e XVIII, mas que podemos citar a escravidão como um grande exemplo, já que nos porões do navio as populações

foram induzidas através de violências físicas e psicológicas a perderem o senso de humanidade. E no período pós-escravidão, nos subúrbios está ocorrendo o extermínio dos negros travestido de “erro” ou “confusão”. É o que Mbembe denomina de biopoder, sem deixar de mencionar a necropolítica.

A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder (MBEMBE, 2017, p. 108).

A cruel e conturbada história dos negros no Brasil, data de meados do século XVII, um sistema de escravidão cujo fim se deu em meio a uma luta tanto ideológica quanto corporal. Os escravos se rebelavam contra seus senhores, fugiam, formavam quilombos e invadiam outras fazendas em busca de libertar seus irmãos do cativeiro. Enquanto a luta dos desafortunados acontecia e era reprimida pelas autoridades imperiais e pelos capitães do mato, no outro extremo estava aqueles que tinham em mãos uma forte ferramenta para erigirem seu discurso, os intelectuais abolicionistas: a escrita, que causava incômodo para uma sociedade marcadamente escravocrata e latifundiária, que de maneira nenhuma queria se abster de uma mão de obra barata como a que tinha até então.

Surge, assim, uma leva de escritores brasileiros tais como Luís Gama, que além da escrita fazia uso de sua profissão de advogado para libertar os escravos, e Castro Alves, que utilizavam os seus textos para propagar a vida miserável que os negros levavam, não tendo direito a uma boa alimentação, amontoados em espaços lúgubres – as chamadas senzalas –, sem poder nenhum de escolha. As mulheres eram, por vezes, vítimas de abusos sexuais por parte dos seus senhores e quando engravidavam, muitas vezes eram separadas de suas proles, consideradas uma mercadoria, que nada tinham a ver com as mães, sendo propriedade dos coronéis.

A maternidade para as mães negras se dava a partir de uma relação de amor, dor, medo e restrição. Elas não tinham tempo e nem o direito de cuidar adequadamente de seus filhos, tendo inclusive, em certas circunstâncias, que deixar

de dar o leite materno aos seus próprios filhos em detrimento dos rebentos do senhorio.

O corpo da mulher negra, por estar imposto ao regime escravagista, era impossibilitado de influenciar as relações sociais entre grupos econômicos poderosos, como ocorria frequentemente com a mulher branca. Deveriam, assim, realizar tarefas entendidas como indignas para as suas senhoras, como cuidar da casa e amamentar os filhos dos patrões. Tornavam-se amas-de-leite e/ou mucamas e muitas vezes tinham que enfrentar a fúria das “senhoras da casa grande”, que por momentos superavam os senhores na crueldade com que tratavam os escravos, sobretudo as mucamas, sendo recorrente episódios que, por ciúmes dos maridos, as senhoras cometiam atrocidades: “sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-las à presença do marido à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue fresco (FREYRE, 2003, p. 421).

A amamentação não era considerada elegante para ser realizada por uma dama, pois que causava infortúnios a esposa, deixando os seios flácidos, e ao marido que era impedido de manter relações sociais e até mesmo sexuais, tais costumes eram mantidos pela aristocracia colonial, nesse sentido, ter amas de leite era sinônimo de poder, status como assevera Barbieri-Couto (2012, p.64,65) “eram privilégio de poucas famílias, da aristocracia e da alta burguesia que, por um valor mais caro, permitiam aos pais ficarem mais próximos de seu filho, monitorar seus cuidados sem, entretanto atrapalhar seus ofícios e suas vidas sociais e conjugais”. (TEODORO, 1996).

Mesmo a abolição da escravidão em 1888, através da Lei Áurea, não foi suficiente para acabar com o resultado de séculos de injustiças sociais, de preconceito e intolerância, que se tornaram estigmas na vida dos negros no país, uma vez que não se pensou no devir, no que milhões de pessoas recém-libertadas, sem casa, sem instrução que lhes permitisse um emprego digno, iriam fazer para sobreviver em sociedade.

o poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade. Aos seus olhos, o crime é parte fundamental da revelação, e a morte de seus inimigos, em princípio não possui qualquer simbolismo. Este tipo de morte nada tem de trágico e, por isso, o poder necropolítico pode multiplicá-lo infinitamente, quer em pequenas doses (o mundo celular

e molecular), quer por surtos espasmódicos – a estratégia dos pequenos massacres do dia-a-dia, segundo uma implacável lógica de separação, como se pode ver em todos os teatros contemporâneos do terror e do contraterror (MBEMBE, 2017, p. 65).

Um estado democrático como o nosso deveria zelar pela vida de seus cidadãos, entretanto, podemos afirmar que ele é democrático apenas na nomenclatura, pois quando se coloca em questão as desigualdades sociais, o direito à vida está sendo ameaçado. Os grupos mais pobres vivem um genocídio, no qual o Estado tem licença para matar; seja qual for a situação, a alegação é de legítima defesa. Desta forma, a necropolítica se instaura nesse contexto, sendo mais viável estabelecer uma política de morte para a população negra, pobre, ao invés de implementar políticas públicas que diminuam os problemas sociais que as atingem e lhe garantam acesso a uma vida digna e dotada dos direitos assegurados na constituição federal.

A falta de opções induziu a massa de ex-escravos a ocupar as margens dos grandes centros, os espaços mais afastados dos negócios e residências da elite e classe média brasileira, as favelas surgem a partir dessa problemática. O resultado é nítido para todos, pois em pleno século XXI, os jovens negros brasileiros lideram o ranking de maior número de assassinatos em todo o mundo, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). São o grupo mais suscetível a adentrar no mundo da marginalidade e as mulheres negras são a que mais sofrem violência doméstica.

Mediante tais realidades, citamos Cuti (2010) quando afirma:

A luta entre escravizados e escravizadores mudou sua roupagem no biombo do século XIX para o século XX, mas prossegue com suas escaramuças, porque a ideologia da hierarquia das raças continua, segue mudando de cor com os camaleões, adaptando-se a situações novas, com manobras da hipocrisia sempre mais elaboradas (CUTI, 2010, p.7).

Nesse sentido, mais uma vez, a literatura cumpre o seu papel de ultrapassar os limites impostos pela hierarquia do patriarcado, e através de escritores como Conceição Evaristo, nos faz refletir acerca das vivências do sujeito negro e das violências que ele continua a sofrer no mundo contemporâneo, pois o tempo não foi suficiente para apagar as suas dores. Nessa temática, citamos o livro de contos *Olhos d'água* (2016) da autora em questão, do qual abordando o tema da

maternidade e da negritude no conto Maria, que constitui um dos objetos de estudo dessa dissertação.

É de conhecimento geral os muitos estereótipos que circundam as mulheres em todo o mundo. Na Índia, dificilmente podem sair de casa sem uma companhia masculina, alguém para protegê-las; no Brasil imperial a mulher era um bibelô, um ser para ser protegido e mimado, mas a quem não deveriam se levar em consideração suas ideias. Posteriormente, surgiram os movimentos feministas, a luta das mulheres pelo reconhecimento aos seus direitos trabalhistas, à educação e aos direitos eleitorais. As mulheres que estavam na linha de frente de tais movimentos eram brancas, pois ainda não havia sido encontrado o lugar da mulher negra na sociedade brasileira (GONZALEZ, 1982).

Ao abordarmos o Feminismo, não podemos deixar de situar duas importantes escritoras que apontavam em suas obras o machismo e o racismo que está arraigado nas sociedades: a brasileira Maria Firmina dos Reis e a norte americana Zora Hurston. Maria Firmina, enquanto romancista, cronista e contista, publicou *Úrsula* (1859), o seu primeiro livro, obra que deu início ao que conhecemos como literatura afro-brasileira. Ela lutou pela educação gratuita no estado do Maranhão, criando uma escola mista para meninos e meninas, fato que a fez ser ainda mais perseguida, tendo que fechar a escola três anos depois, devido à revolta de parte da população local.

Nos Estados Unidos, Zora Hurston apontava as fraturas da sociedade racista que conseguia fazer com que negros de pele mais clara cometessem atos racistas contra os de pele mais escura. A escritora estadunidense fez parte do movimento conhecido como Harlem Renaissance, que surgiu na década de 1920 no bairro do Harlem, em Nova Iorque, e tinha o objetivo de valorizar e resgatar a cultura negra e romper com os padrões artísticos eurocêntricos. No entanto, essas duas mulheres, como importantes vozes negras, mulheres à frente de seu tempo, morreram pobres, solitariamente, sendo esta segunda enterrada como indigente.

As negras, como a personagem protagonista do conto em questão, não usufruíam dos resultados da luta das mulheres no século XIX por igualdade salarial, o que nos é evidenciado no excerto abaixo:

O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que

tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. Os dois filhos estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remédio de desentupir nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. (EVARISTO, 2015, p. 39).

De acordo com a narrativa, a personagem Maria está sempre preocupada com o ordenado que ganha, pois, é tão pouco que mal dá para a manutenção das despesas da casa e da família, composta por ela e mais três filhos. Refletimos, assim, o quanto é precário o sistema trabalhista brasileiro, que não nota a situação de semiescravidão a qual as pessoas – menos favorecidas economicamente se sujeitam, trabalhando em troca de restos de comida e uma “gorjeta”. Notamos, ainda, o quanto a relação maternal é um fator preponderante que influencia na luta diária desta mãe, que embora cansada, pensa no investimento que fará com o pequeno ganho, na compra de remédios para os filhos e também uma lata de achocolatado.

Nesse momento, percebemos o quanto o sistema é injusto no que se refere às mulheres negras, pois tendo que viver nesses tipos de trabalhos clandestinos, elas não possuem direitos trabalhistas tais como a licença maternidade, que garante às mulheres com vínculos empregatícios comprovados o direito de cuidar do seu filho nos quatro primeiros meses de vida, período considerado por muitas autoridades da medicina como essencial para aumentar o vínculo entre mães e filhos.

Na narrativa, a personagem se mostra uma mulher forte e independente, pois toma conta dos filhos sozinha, assumindo múltiplos papéis, tendo que lidar também com a ausência paterna, como mostra o trecho a seguir:

E o menino, Maria? Como vai o menino? Cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito tamanha a saudade! Tou sozinho! Não arrumei, não quis mais ninguém! Você já teve outros... outros filhos? A mulher baixou os olhos como que pedindo perdão. (EVARISTO, 2015, p. 40).

Neste trecho, percebemos que embora a mulher se esforce e que seja uma boa mãe, na sociedade ainda prevalece a ideia de que, após a maternidade, a mulher se despede da sua sexualidade e deve ocupar o seu lugar de “mãe honesta”. O receio que Maria tem ao responder à pergunta do pai de seu filho mais velho nos mostra claramente isso, ainda que ele tenha ido embora e não a tenha mais a procurado, tampouco ao seu filho. Quanto a isso, Nascimento (2008) afirma que:

A mulher no Brasil passa a ter certa importância na ordem burguesa porque é ela que gera e educa os filhos que serão os cidadãos do futuro. Portanto, a grande missão da mulher era casar e ter filhos. Por este motivo, elas se tornam alvo de uma política sexual que visa controlar o seu comportamento e sua vida. (NASCIMENTO, 2008, p. 21).

O discurso machista continua a persistir na sociedade. Sendo assim, a busca por controlar as escolhas de relacionamentos ou as tomadas de decisões é algo rotineiro na vida das mulheres. Caso resolvam não casar e se dedicar aos estudos e à carreira profissional, são consideradas pouco femininas ou “talvez até não gostem de homens”. Quando são mães solteiras, como Maria, muitos afirmam que certamente é porque “boa coisa não são”, “quem manda ficar saindo com um e com outro”, ou seja, qualquer que seja o seu comportamento, sobretudo para a mulher negra e periférica, haverá um consenso de que ela erra frequentemente. (CARNEIRO, 2003).

No decorrer do conto constatamos que as violências sofridas por Maria não ficam somente no âmbito dos direitos trabalhistas e tampouco no plano discursivo. A personagem sofre violência física por parte de um grupo de pessoas, que são passageiros do coletivo no qual ela estava, ao ser acusada de ajudar um assalto que ali houve. Maria foi insultada: “Alguém gritou que aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes (...) Ouviu uma voz: negra safada, vai ver que estava de coloio com os dois” (EVARISTO, 2016, p. 41-42). Desta forma, Maria acaba por ser linchada dentro do veículo enquanto retornava para casa, cansada, a fim de cuidar dos filhos: “Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arrebentado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iriam gostar do melão?” (EVARISTO, 2016, p. 41-42). Tal fato nos leva a questionar: será que Maria foi linchada por ser uma mulher negra? E se ela fosse branca teria sido assassinada da mesma forma?

No que se refere às organizações não governamentais, o dossiê “A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil – Violência e Violações” (Iraci, & Werneck, 2016), publicado pelo Instituto da Mulher Negra – Geledés e pela Organização de Mulheres Negras – Criola, documenta dados importantes como o fato de que as mulheres negras representam 64% das vítimas de assassinatos no Brasil, onde a taxa de femicídios de mulheres negras é 2,25 vezes mais alta do que a taxa de femicídios de mulheres brancas.

No Brasil, vivemos o mito da democracia racial (NASCIMENTO, 2017), vendemos para o exterior um estereótipo de país que ama o seu povo miscigenado, que respeita e abraça todas as culturas, religiões e costumes, o que na verdade é uma grande falácia. O que predomina no país é um esquecimento estratégico por parte das grandes mídias e da burguesia, que por agregarem valores negativos a tudo o que se diferencia do modelo branco europeu, terminam por contribuir para o aumento do abismo social vivenciado pelas minorias, tais como indígenas, nordestinos e, sobretudo, negros, pois ao que parece, a cor da pele é uma marca que, mesmo com o passar dos séculos, continua associada para muitos, àquilo que é perigoso, sujo, subalterno.

Talvez por não ser branca, Maria tenha sido morta, pois, embora tenha contado com o testemunho do motorista em seu favor, como mostra o seguinte trecho: “Calma pessoal! Que loucura é esta? Eu conheço esta mulher de vista. Todos os dias, mais ou menos neste horário, ela toma o ônibus comigo. Está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos...” (EVARISTO, 2016, p.42), não foi o suficiente para salvar a vida da personagem e seus filhos da orfandade.

Em busca da valorização da cultura afro-brasileira e da identidade negra, autores como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Cristiane Sobral, dentre outros nomes de destaque no cenário literário, lutaram e continuam a lutar pela conquista de direitos dos movimentos de negritude no país. Nas suas obras, ficção e realidade se misturam e nos levam a questionar até que ponto o que estamos lendo é invenção, por isso, as obras de tais autoras estão situadas no que chamamos de literatura de resistência, pois as palavras foram as armas que encontraram para lutar contra o preconceito racial. Munanga (2009) diz que o negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhes foram negadas e que precisava recuperar. Esse é o mesmo argumento usado por D’Ogum (2003) para discutir em torno das questões sobre o matriarcado na religião afro-brasileira.

A essa retomada, a essa afirmação dos valores da civilização do mundo negro, deu-se o nome de negritude (MUNANGA, 2018). Compreendemos, assim, o poder arrebatador da literatura, pois através dela o negro pode reconhecer a si mesmo a partir de personagens não estereotipados, como até então eram caracterizados. Colocar essa literatura em contato com a população é uma

necessidade e também um direito previsto na Lei 10.639/03, que propõe diretrizes para valorizar o ensino da cultura africana e afro-brasileira no Ensino Básico, enquanto instrumento contra a discriminação e contra o preconceito racial.

Escritoras como Conceição Evaristo, acostumadas a conviver com o sofrimento trazido pelo preconceito racial e pela pobreza, trazem na sua obra uma escrevivência, uma montagem de memória, história, experiência e poética. Evaristo (2005) confidencia o quanto a sua trajetória foi difícil, tendo que partir de um lugar social desprestigiado:

Ler foi também um exercício prazeroso, vital, um meio de suportar o mundo, principalmente adolescência, quando percebi melhor os limites que me eram impostos. Eu não me sentia simplesmente uma mocinha negra e pobre, mas alguém que se percebia lesada em seus direitos fundamentais, assim como todos os meus também, que há anos vinham acumulando somente trabalho e trabalho. (EVARISTO, 2005, p.1)

Ela é um importante nome que, através da literatura, vem colaborando para desconstruir o ideal que coloca os brancos, europeus e genocidas como os grandes heróis da história. A luta da literatura afro-brasileira é, entre outras tantas coisas, contra o apagamento de figuras negras da história de nosso país. Essa necessidade de falar sobre personagens históricos como Zumbi dos Palmares e Dandara foi sentida há tempos, ainda quando a escrita era um direito distante da população negra.

Os negros utilizavam a tradição oral, para que seus filhos tivessem conhecimento da luta dos seus antepassados por liberdade. Por isso, nos dizeres de Cuti (2010), percebemos o reconhecimento da literatura como um instrumento que enfrenta resistência, sobretudo aquela produzida, pelo subalterno, por aqueles que durante muito tempo tiveram que se acostumar a serem meros espectadores das suas próprias histórias, e aos poucos estão assumindo lugar de protagonistas. Nesse sentido, o autor diz que “a literatura, pois, precisa de forte antídoto contra o racismo nela entranhado” (CUTI, 2010, p.8).

Os autores nacionais, principalmente os negro-brasileiros, lançaram-se a esse empenho não por ouvir dizer, mas por sentir, por terem experimentado a discriminação em seu aprendizado. Entretanto, sabemos que não é fácil assumir um lugar de destaque no cenário nacional, tendo que enfrentar a tradição do cânone literário, em contrapartida aos discursos voltados para a literatura marginal.

Quanto a reivindicação de direitos, Bauman (2005, p.45) pontua:

Há um espaço ainda mais abjeto - um espaço abaixo do fundo. Nele caem (ou melhor, são empurradas) as pessoas que têm negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta. Pessoas cuja súplica não será aceita e cujos protestos não serão ouvidos, ainda que pleiteiem a anulação do veredicto. São as pessoas recentemente denominadas de "subclasse": exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade-fora daquele conjunto no interior no qual as identidades (e assim o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicada e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas.

Observamos na contemporaneidade, uma autora como Conceição Evaristo conseguir expor as injustiças das subclasses brasileiras, particularmente as negras, denunciando de forma poética a imposição da assimilação da cultura perante os negros, o preconceito racial, a maternidade negra, a infância dos excluídos, enfim, o encarceramento em massa que faz parte da cultura do ódio em nosso país.

Analisamos os contos supracitados, tendo como base a relação entre literatura e maternidade e, principalmente, levando em consideração a negritude, é uma urgência, pois, discutir temáticas que abordam questões fundamentais ao ser humano tais como preconceito racial, respeito às diferenças ou a escravidão contemporânea, sendo ainda uma necessidade em uma sociedade como a vigente, que perpetua a discriminação à população negra, desrespeita as pessoas com base em uma hierarquia racial injusta e busca transgredir o acúmulo de direitos.

Acreditamos, assim, ser essencial uma reflexão acerca das representações negativas do sujeito feminino, mãe, mulher e negra, através de personagens fortes, porém vítimas de um sistema injusto, que é resultado de um país que, por mais de um século, caminhou lado a lado com um regime escravocrata, que submeteu a população negra as maiores atrocidades, lhes tirando o direito mais essencial a qualquer ser humano: a sua liberdade.

Torna-se difícil delinear o limite entre realidade e ficção, além disso, quando sabemos que a história dos personagens coincide com episódios verídicos que mancham o passado da humanidade. A literatura afro-brasileira, com autores como Conceição Evaristo, nos apresenta personagens surpreendentes, sofridos, alocados às margens da sociedade, em periferias, invisíveis para o sistema dominante, por isso, ficção e realidade se misturam.

Para Natália Oliveira, autora do artigo "Os condenados da terra: violência doméstica e maternidade em Insubmissas lágrimas de mulheres", enfatiza que numa

sociedade racista e sexista, para uma mulher negra que enfrente a maternidade sem o apoio necessário, as histórias de Evaristo são exemplos de luta e resistência de mães que enfrentam as adversidades e batalham para sobreviver e garantir segurança a sua família:

A figura materna nos contos escolhidos foge de representações tradicionais que a associam à submissão, uma vez que a maternidade, na escrita de Evaristo, ajuda as personagens a luta contra a vitimização e a buscarem o empoderamento. A violência doméstica é uma realidade para as personagens e cada protagonista responde de maneira diferente a essa violência: umas ignoram, algumas buscam ajuda e outras agredem o agressor. Independentemente das reações frente à violência sofrida, as protagonistas não são julgadas como sendo, por exemplo, boas ou más, uma vez que tais nações essencialistas ignoram a complexidade da experiência de maternidade, o ambiente, as protagonistas e suas histórias. (OLIVEIRA, 2018, p. 160).

Na nossa sociedade, muito embora as coisas tenham evoluído em muitos aspectos, o preconceito racial continua a ser um problema, pois a igualdade é imprescindível para que haja justiça social entre os grupos culturais e étnicos que fazem parte desta sociedade. Dessa maneira, a produção literária de Evaristo cumpre o seu papel, ao revelar o negro como vítima dessa cultura opressora, na qual a preocupação maior é a produção e o acúmulo de capital.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) afirma que não há como o negro escapar da negritude, pois ela estará sempre lá na sua pele como uma representação de um renegado. Sendo assim, ao negro resta só um caminho, que é o da ação, e uma vez comprometido com a luta antirracista, essa luta se propaga, atingindo novos contornos e contaminando novos sujeitos, pois, segundo o autor, é preciso ser solidário a todos. Para Fanon, não há racismos, mas somente um, e que, portanto, na luta contra todas as opressões, se devam unir grupos minoritários como judeus, árabes, ou ciganos, por exemplo. (FANON, 2008). Em relação ao sentimento de frustração que une esses povos, Munanga destaca que os negros buscam no humanismo ocidental todas as dimensões de sua personalidade:

Nesse sentido, é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro (...) uma recusa da assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro, que devem ser reencontrados, defendidos e mesmo repensados. Resumindo, trata-se primeiro de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros, para depois defender sua unidade através de uma política de contra- aculturação, ou seja, desalienação autêntica. (MUNANGA, 2009, p. 63).

Deste modo, percebemos que há povos que se consideram superiores, buscando sobrepor-se aos outros. É o que, na maioria das vezes, ocorre com os países africanos que estão entre os que não exercem domínio em relação aos países europeus, mesmo sendo uma das mais antigas civilizações, fazendo parte do velho mundo, acabando por ter sua importância no cenário mundial renegada, tendo o seu povo e suas riquezas naturais exploradas e traficadas durante os séculos. Diante de tudo isso, assinalamos a importância desse trabalho uma vez que através dele, direcionamos um olhar reflexivo sobre as relações raciais em produções literárias de estéticas que para muitos estão ultrapassadas, ressaltando assim, o poder da literatura como uma forma de representação atemporal.

4 MATERNIDADE COMO IMPOSIÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO SER MÃE NA CULTURA NIGERIANA

Na história, certamente houve muitas diásporas, mas nenhuma tão arbitrária como a protagonizada pelo povo africano, tendo em vista que enquanto os demais povos deixavam um lugar opressor em busca de liberdade, ocorria o inverso com o povo proveniente, da África, sendo este retirado de seus territórios para viver em regime de escravidão. Atualmente, a diáspora transmutou-se e assumiu novos sentidos, tornando-se um dos fatores preponderantes na construção de novas subjetividades, sobretudo dos sujeitos contemporâneos. As pessoas que migram para outros países, tentam, sobretudo, escapar de ditaduras, catástrofes naturais e econômicas.

Desta forma, discutimos a diáspora enquanto processo que articula a construção das narrativas, e influencia a prática literária de autoras africanas, seja na poesia ou na escrita romanesca, tendo em vista que o processo diaspórico de descolonização tem sobretudo uma memória traumática, ao passo que observamos nas obras produzidas no período colonial e pós-colonial a possibilidade de ressignificação desta experiência. Desta forma, corroboramos com o que propõe Hallbwachs (2006), ao afirmar que:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

De acordo com o autor, a memória de um indivíduo é transpassada por uma série de outras tantas memórias dos diferentes grupos sociais que ele participa, exerce e sofre influência, seja em um contexto familiar, profissional, dentre outros. No percurso histórico, a memória pode assumir uma condição perigosa, pois a humanidade está acostumada a suprimir e/ou renegar aquilo que não é conveniente para determinados grupos sociais hegemônicos, tornando-se um hábito manipular os discursos e, conseqüentemente, subverter os fatos históricos, a exemplo da ignorância instaurada durante muito tempo no que concerne às conseqüências de episódios cruéis como a diáspora negra.

A memória da escravidão emerge de diferentes maneiras em todo o mundo; contudo, apesar do passar dos anos, elas continuam vivas e dolorosas para os africanos, pois o reflexo desta realidade se arrasta até à contemporaneidade, tendo em vista as divisões das tribos e os constantes embates por soberania territorial. A tradição histórica nos mostra que os negros foram injustiçados desde o momento de sua partida arbitrária e compulsória de África. O comércio destes negros africanos foi uma das principais fontes de renda de algumas nações europeias no período de 1501 a 1867. Nesse sentido, certamente o tráfico negreiro fez com que milhões de pessoas se deslocassem involuntariamente de suas respectivas nações, de modo que a mão de obra africana ajudou a transformar os países europeus em potências comerciais, que até hoje exercem soberania, ocupando lugares de destaques em nível mundial, à exemplo da Inglaterra, Portugal, França, dentre outros.

É impossível ignorarmos o paradigma literatura e trauma, como destaca Seligmann (2005), tendo em vista que ao escrevermos não conseguimos nos despir das nossas vivências. Nesse sentido, a escrita pós-catástrofe traz no seu enredo discussões sobre o processo de colonização, apropriação e assimilação cultural, bem como o preconceito e a violência, que se fazem notórios nesta literatura reconhecidamente marginal:

Aprendemos que o elemento traumático do movimento histórico penetra nosso presente tanto quanto serve de cimento para nosso passado, e essas categorias temporais não existem sem a questão da sua representação que se dá tanto no jornal, na televisão, no cinema, nas artes, como na fala cotidiana, nos nossos gestos, sonhos e silêncios, e, enfim, na literatura. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.64)

Os estudos culturais levam em consideração tais posicionamentos e por vezes se valem das teorias bakhtinianas, bem como das ideias de Benveniste, de que o lugar da fala e da escrita está implicado a um tempo, uma cultura e uma história que orientam o nosso discurso, sobretudo no que concerne à diáspora negra, em sua produção cultural.

Os conflitos entre colonizadores e colonizados, no que se refere ao povo africano no decorrer dos séculos, foi, além das lutas armadas, sobretudo uma luta de cunho ideológico. A imposição cultural por parte dos europeus na África teve início com o tráfico de escravos naquele país, porém não teve fim quando a atividade em questão foi proibida, de maneira que as potências econômicas insistiam em situar o espaço das nações africanas como um lugar de povos

miseráveis, por vezes selvagens e com uma cultura inferior à europeia, projetando na África um território marginal, tendo em vista não se enquadrar nos traços pintados pelo branco-colonizador.

É praticamente impossível negar a importância da literatura como instrumento eficiente na formação de cidadãos e como forma de expressividade humana; de acordo com Candido (2004,p.175), ela é “ fator indispensável de humanização, e sendo assim, confirma o homem na sua humanidade”, talvez por esse motivo a produção literária voltada a um viés de resistência, que persiste em trazer à tona temáticas lançadas à margem pela sociedade e analisar a estrutura social e a conduta humana, provoca o repúdio dos anseios pela prevalência do discurso dominante burguês, considerando-se que esta literatura tematiza o protagonismo daqueles que foram, neste processo diaspórico e escravista, esquecidos. Nesse sentido, o processo de publicação e leitura dos textos, que foram/são subalternizados por esta cultura dominante não é confortável, haja vista que ambas são consideradas práticas subversivas de uma realidade de imposições e totalitarismos.

A busca pela valorização das influências histórico-culturais do continente africano e torná-lo visível para o mundo através de histórias como o romance *As alegrias da maternidade* (2017), é uma forma de ressignificar questionamento de valores humanos, tendo em conta o quanto os estereótipos instaurados pela falta de conhecimento acerca da construção cultural da África, impactam a forma como o mundo a enxerga, por vezes subestimando e agregando ideias negativas de tudo aquilo que de lá provem, ignorando que, embora carregue muito sangue e violência no período colonial da história, traz consigo também, em contrapartida, a vivência de um povo que aspirou/aspira ideais de luta, garra e força.

Reafirmamos a necessidade da visibilidade posto que em um mundo que é regido por diversas relações de poder, tanto economicamente quanto socialmente, tende a ser sempre mais difícil para escritores de uma literatura que emerge das margens seguirem as suas escolhas e defenderem as suas culturas em relação aos grupos dominantes, tendo em vista o ambiente ainda excludente que é o mercado editorial. Nesse contexto, Fanon carrega na sua obra a luta contra a opressão no mundo colonial e deve englobar a totalidade das condições em que a opressão se manifesta, considerando fatores psicológicos, contexto histórico e social, sistema político e econômico. É preciso descolonizar as nações, mas também os seres

humanos. Descolonizar é criar homens novos, modificar fundamentalmente o ser, transformar espectadores em atores da história.

O autor demonstra claramente sua orientação pelo materialismo histórico quando considera que uma revolução não se faz através da cultura, mas através da transformação das condições materiais a partir das quais a cultura se torna possível. Deste modo, Fanon afirma que uma revolução cultural deve ser também uma revolução social que transforme todas as estruturas do sistema político e econômico vigente, portanto, a luta dos negros deve estar alinhada com a luta anticapitalista, e contra todas as formas de opressão existente. (ROCHA,2015, p.111)

Provavelmente, se cada geração não retomasse, a partir da literatura, as experiências do passado, as possibilidades da literatura tradicional, principalmente aquela produzida sob o ponto de vista das elites, com representações do êxito capitalista, continuariam ocupando os espaços de ênfase, excluindo ainda mais as vozes das minorias, de maneira que os negros, os imigrantes, as mulheres, dentre outros grupos marginalizados ao longo da história, continuariam a ser representados pelo olhar externo de um outro.

A “tradição moderna”, nos coloca diante do “novo”, no sentido de valor, de ruptura e de negação. A literatura colonial, que foi produzida sob a perspectiva do colonizador, deu lugar, nesta perspectiva de tradição moderna, graças ao processo de descolonização, à literatura pós-colonial, permitindo, assim, que os escritores de ex-colônias trouxessem nas suas narrativas ou poéticas memórias de si, ou de outras pessoas que experimentaram a deterioração de suas culturas, de suas famílias, de parte de suas histórias.

As alegrias da maternidade (2017) é um romance que narra os diferentes aspectos da maternidade e da influência do patriarcado na vida das mulheres ao longo das gerações, nos mostrando o quanto tais imposições contribuíram para subalternização da classe feminina naquele país. A afirmação sob forma de rejeição de que o feminismo não é africano, é difundida por muitos autores em África, posto isso, muitos deles procuram não se declarar feministas; ainda que suas produções exponham questões de cunho ideológico, refletindo discursos e violências impostas pelo patriarcado, muitos rejeitam o termo, pois aqueles que vierem a toma-lo para si, diz-se que sofrem de colonização mental, não são verdadeiros africanos.

Em alguns países africanos, como em Moçambique e Nigéria, difunde-se a crítica ao feminismo ocidental, sendo designado como uma vertente que concebe

uma única forma de pensar, pois se afirma que a crítica está voltada sobretudo para as feministas ocidentais norte-americanas que tratam os problemas enfrentados por elas como regra geral, ditando o modo que deve ser observado, combatido, também nos países africanos, resultando em outra forma de opressão a ser enfrentada pelas mulheres.

Não havendo consenso entre os diversos feminismos, os embates dificultam ainda mais a tomada de espaço do feminismo a nível global. O distanciamento da nomenclatura ocorre também, pelo fato de por vezes transmitir uma ideia de aversão a homens, e desta forma novas terminologias para englobar autoras como Emecheta surgem, designando-a como aquela que reflete sobre a emancipação das mulheres em África.

É difícil se assumir feminista quando existe um forte discurso que afirma que quem o fizer está a renegar a sua identidade africana e se vendendo às ideias do ocidente. As intelectuais como africanas desaprovam não somente o feminismo ocidental, que para ela é anti-mãe, anti-criança, anti-natureza, por exemplo, mas também despreza o de viés africano, pois segundo elas, ele faz uma “adoção escrava do feminismo ocidental”, não agindo segundo os seus próprios pressupostos, como as questões econômicas, por exemplo.

Tal ponto de vista se constitui um equívoco, pois o feminismo não é um movimento contra ser mãe ou contra as crianças, mas sim de questionamento acerca das desigualdades construídas em função das diferenças entre os sexos, de maneira que a fecundidade da mulher não é percebida como algo que a impede de fazer algumas tarefas e de ter uma vida. Segundo Beauvoir (1970), existem fêmeas que encontram na maternidade uma completa autonomia.

O feminismo tem, assim, fortes opositores, como o Estado e a Igreja, que ao longo dos séculos vem deturpando a importância da mulher no processo social e na família, fazendo com que a sociedade a perceba como objeto de consumo masculino, submetendo-as à violação de direitos, encarcerando-as em trabalhos domésticos. Enquanto que as mulheres não opuseram valores femininos em detrimento aos masculinos, os homens o fizeram para assim manter seus privilégios.

Conceitos como de *motherism*, que envolvem sobretudo a aceitação e inclusão das noções de maternidade, o reconhecimento de que a maternidade, a família e o cuidar são naturais e essenciais as sociedades. Bem como, também a crítica ao feminismo, posto que o movimento regularmente defende comportamentos

radicais no que se refere à maternidade e ao casamento, fazendo, assim, com que a mulher se afaste de suas obrigações cruciais e rejeite aos homens. Contemporânea das duas citadas anteriormente, destoa das colocações delas, de forma que apresenta a concepção de gynismo, que remeter-se-ia à ideia de igualdade entre homens e mulheres a partir de um cenário de complementaridade entre os sexos, levando em consideração os aspectos divinos.

Oyéronké Oyéwúmi (2000) discorre acerca de ideologias de gênero dentro do modelo de família africana, afirmando que é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear. Em contrapartida, aqueles que repelem a ideia de maternidade africana como algo a ser venerado em detrimento do papel paterno, que não é investigado, questionando na cultura africana, uma situação perigosa, uma vez que ali o aparelho ideológico reduz a mulher à condição de mãe. Tal situação coloca o ser feminino em lugares sociais, seja ele favorável ou desfavorável, de forma que se desconsidera a premissa de que a mulher africana, assim como outras no mundo, tem um corpo que compartilha experiências com mulheres do mundo todo, mas que nem por isso, deve ter seu destino orientado unicamente para um fim, ser mãe.

Nesse segmento, a nigeriana Chimamanda Adichie, que se assume feminista, defende o movimento sem temer ser perseguida dentro de seu país e aborda abertamente questões intrínsecas à temática em questão. Além dos seus romances, que evidenciam os dilemas enfrentados pelas mulheres, a autora produziu livros para discutir a necessidade de sermos todos feministas, um deles intitulado *Para educar crianças feministas - um manifesto* (2017):

Condicionamos as meninas a aspirarem ao matrimônio e não fazemos o mesmo com os meninos, assim, de partida, já há, um desequilíbrio tremendo. As meninas vão crescer preocupadas com casamento. Os meninos vão crescer e se tornar homens que não são preocupados com o casamento. As mulheres vão se casar com esses homens. A relação é automaticamente desigual porque a instituição tem mais importância para um lado do que para o outro (ADICHIE, 2017, p.40).

Adichie (2017) mostra através de sua escrita que embora a África seja um continente com uma vasta riqueza cultural, ainda tem muito a progredir no tópico da igualdade sexual, pois o continente ao longo dos séculos vem demonstrando ser acima de tudo um território que oprime as mulheres e tolera as violências e

imposições promovidas pelos homens. Apesar de tantos impasses, é indiscutível que no âmbito da literatura pós-colonial Buchi Emecheta e sua obra são marcadas pelo lugar de fala afro-identificado, rememorando o sofrimento, a resistência; portanto, sendo porta-vozes de toda uma sociedade que foi e continua, muitas vezes, sendo vista pelo ocidente como sinônimo de miséria, tristeza ou inferioridade.

4.1 Emecheta no contexto da literatura afro-europeia

Para as nossas reflexões, entendemos ser necessário expor o lugar da escritora nigeriana Buchi Emecheta no cenário, que abrange a literatura pós-colonialista, uma vez que esta reflete até que ponto as influências dos processos de colonização promoveram intercâmbios culturais que afetaram o território africano.

A África subsaariana é composta por 47 países, contudo, continua por vezes a ser retratada como uma região de aspectos econômicos, sociais e culturais homogêneos, em que sobressai a pobreza do seu povo. Assim, torna-se necessário utilizar a escrita para desmistificar as imagens de pobreza e miserabilidade que são divulgadas acerca dos países africanos.

Situamos a literatura nigeriana no contexto do pós-colonial, destacando a escritora Buchi Emecheta como uma porta-voz da luta de países africanos por sua independência, sendo ela uma das pioneiras no que se refere à escrita feminina em seu continente, influenciando uma geração de autores que surgiram anos depois.

Nesse sentido, a literatura assume uma importante missão de refletir acerca da situação de um povo estigmatizado e que protagoniza injustiças sobretudo no que concerne aos direitos das mulheres. A escritora africana em questão, foi uma das mulheres que assumiu o lugar perante a história e mostrou ao mundo o outro lado das narrativas sobre o continente que é berço de centenas de culturas, que agrega povos de diversas etnias e que por muito tempo foi perseguido e dizimado.

Ao longo das últimas décadas as autoras africanas vêm ultrapassando as fronteiras impostas pelos cânones literários e até mesmo pelas ideologias de gênero e têm conquistado seus espaços em todo o mundo. Tais autoras apresentam ao mundo uma literatura ligada às suas raízes culturais, colocam em evidência práticas e rituais que são impostos às mulheres em alguns países africanos, escrevem sobre temas que por muitos são considerados tabus, sobretudo se levarmos em

consideração que em alguns países africanos às mulheres tem apenas deveres e praticamente nenhum direito.

Dentre essas escritoras de destaque internacional, é possível citarmos Buchi Emecheta, como uma das principais porta-vozes da literatura nigeriana, tendo produzido obras impactantes acerca de temas diversos, que continuam a ser estudados, e discutidos no cenário contemporâneo, uma vez que as sociedades continuam a reincidir em erros como a estigmatização da figura das mulheres.

A África subsaariana é vítima de discursos que tentam atribuí-la aspectos negativos por conta da situação econômica de alguns de seus países, que por muito tempo foram colonizados por países europeus como Inglaterra, França e Alemanha, tendo suas riquezas extraídas e ficando estagnados economicamente, tendo que controlar os conflitos étnicos entre os seus povos. Desta maneira, a Nigéria, que foi um dos países explorados por potências europeias, possui uma considerável representação literária, uma vez que é a pátria de escritores que expõem narrativas que traduzem inquietações sobre os processos de apropriação que o país sofreu durante a ocupação britânica. A literatura configura-se, pois, como uma reflexão sobre o outro e consequentemente sobre o processo histórico e anti-histórico, de maneira que as obras podem discutir as imposições a que os povos africanos tiveram que se submeter para não serem dizimados, sendo as injustiças e violências sofridas pelas mulheres outro importante ponto recorrentemente abordado nas obras de escritoras africanas.

A escritora Florence Onyebuchi, que mais tarde adotaria o nome artístico de Buchi Emecheta, nasceu em Lagos, no ano de 1944; desde criança foi educada pelos pais em contato com a cultura *igbo*, aspecto cultural que ocupa lugar também em sua narrativa, constantemente nos deparamos com a menção do termo em sua obra.

Assim como outros aspectos de sua vida se entrelaçam ao seu fazer literário, a ordem patriarcal que submete às mulheres a um lugar de subalternidade perante os homens também circunda sua obra. Quando criança foi impedida de estudar enquanto o irmão frequentava o colégio, e a autora aprendeu ainda cedo que a sociedade não tinha interesse que as meninas adquirissem o conhecimento letrado, pois aos homens eram delegadas as tarefas de dirigir os negócios da família. Nesse sentido Piot e Cravero (2011, p. 233) ressaltam que “em grande parte da África

subsaariana, os bens são, em geral, propriedade do homem, e a mulher pode ocasionalmente adquirir direitos, sobretudo em virtude do casamento”.

Emecheta casou-se jovem e tornou-se mãe aos dezesseis anos, período em que se mudou com a família para Londres. O casamento durou até seus 22 anos, quando pediu o divórcio, tendo em vista que o marido agia de forma abusiva, tentando impedir a sua independência, sobretudo seus estudos, não queria que ela se tornasse escritora, chegando inclusive a destruir seus textos. Em 1974 a escritora conseguiu terminar sua graduação em sociologia, mais um obstáculo vencido, pois ao pedir o divórcio, seu marido renegou a paternidade dos cinco filhos que tiveram durante o relacionamento, assim, ela assumiu toda a responsabilidade com cuidados e manutenção de despesas. Ela resistiu aos percalços, foi bibliotecária, colunista de periódicos britânicos e conseguiu lançar-se como escritora em um país europeu, mas abordando a sua terra natal em seus textos literários.

Os escritos de Emecheta transitam entre a autobiografia e a ficção, colocando em evidência uma Nigéria sobre o espectro colonial, nos apresentando mulheres diversas, desafiadoras, que sofrem com a opressão patriarcal sobre seus corpos, mas que mesmo em posição de subordinação aos homens, tanto o nigeriano quanto o europeu, encontram formas de se contrapor a tal sistema.

Emecheta escreveu diversos romances, dentre eles destacam-se *As alegrias da Maternidade* (1979), obra que fez referência a episódios dolorosos vivenciados por ela, sendo o principal a decisão de uma de suas filhas em ir morar com pai, mesmo ele tendo-as negligenciado, deixando-as com a mãe sem auxílio algum em um país desconhecido. O romance em questão traz uma protagonista que vive para orgulhar e obedecer aos desejos de seu pai, um importante chefe de aldeia, mas apesar de ser obediente, temerosa aos costumes de seu povo, vive em meio a sofrimentos que envolvem sobretudo a maternidade.

Na cultura africana ser mãe é uma das maiores dádivas concedidas a mulher, e Nhu Ego, a protagonista da narrativa, inicialmente tem dificuldades para engravidar, sendo por isso rejeitada pelo seu primeiro marido, e mais adiante, quando engravida, sofre por não conseguir manter os filhos, vivendo em condições precárias, praticamente de subsistência.

O que ganhei com isso tudo? Sim, eu tenho muitos filhos, mas com que vou alimentá-los? Com minha vida. Tenho que trabalhar até o osso para tomar conta deles, tenho que dar-lhes meu tudo. E se eu tiver a sorte de morrer

em paz, tenho que dar-lhes minha alma. Eles adorarão meu espírito morto para que zele por eles: ele será considerado um bom espírito enquanto eles tiverem fartura de inhame e de filhos na família, mas, se por acaso alguma coisa der errado, se uma jovem esposa deixar de conceber ou se houver escassez, meu espírito morto será culpado. Quando ficarei livre? (EMECHETA, 2017, p.257)

Emecheta nos mostra, assim, que a literatura é também um ato político, pois traz discussões necessárias acerca da vida das mulheres na Nigéria em torno do quanto o poder de escolha são-lhes negados, sendo induzidas a acreditarem que devem se conformar com as duas hipóteses que lhes são oferecidas: esposas e mães. A mulher é propriedade do homem do nascimento até a morte, inclusive após a morte é delegada a ela a responsabilidade sobre os bons e maus tempos de colheitas e fecundidade das mulheres da família.

Escolher mostrar as violências que as mulheres sofrem em um dos continentes mais conservadores do globo é sempre um ato de coragem, pois muitos defendem que tal escolha denigre a imagem e os costumes dos homens africanos. No entanto, a confiança dessas mulheres precisa ser reafirmada, já que durante muito tempo foram percebidas apenas como propriedade dos maridos, praticamente parte da mobília de suas casas, e a literatura se apresenta como um caminho pelo qual elas tomam consciência de seu valor social e quais estatutos precisam ser rompidos, mesmo que isso não agrade as suas famílias.

A luta das mulheres contra uma ordem social estabelecida ocorre no mundo todo, entretanto evidentemente cada nação apresenta suas particularidades e diferentes níveis de dificuldades para minimizar os efeitos das segregações por elas sofridas:

Nas Américas e na Europa, o processo de acesso das mulheres aos direitos eleitorais é quase paralelo, mesmo que marcado por acelerações e recuos em momentos diferentes. No fim dos anos 60, a legislação de todos os países do continente americano, incluindo-se os países latino-americanos e caribenhos, reconhece às mulheres de todas as origens étnicas e de todas as condições o direito de votar e de serem candidatas. O Liechtenstein é, em 1984, o último país europeu a permitir que as mulheres participem das Consultas nacionais, tanto com eleitoras como quanto candidatas. Ao todo terá sido preciso cerca de 80 anos para que a legislação do conjunto de países da Europa conceda os plenos direitos eleitorais às mulheres. (SAMOUILLER-JABRE, 2011, p.607).

A mulher, infelizmente, ainda tem que ter seus direitos avaliados pelos homens, que tem desta maneira fortalecidos os seus papéis de seres dominantes fortalecidos. As restrições impostas ao feminino é uma realidade que está longe de ser exterminada, pois, ainda que tenham conseguido direitos como tornar-se candidatas e votar, certamente o número de mulheres que ocupam cargos políticos é bem inferior ao de homens. Desta forma, mesmo adquirindo direitos universais, ainda existe uma representação desigualitária nos mais variados setores da sociedade.

Através das obras literárias provenientes da escrita de mulheres africanas, o continente aos poucos deixa de ser percebido apenas como um lugar exótico, que necessita de verbas de países europeus, e a literatura contemporânea, sobretudo, argumenta a dívida histórica que os demais continentes têm com a África e com sua população, ressaltando também a situação das mulheres e a busca dessa conscientização em prol de sua independência.

Sabemos, ainda, que nem toda mudança é aceita com facilidade, e existem aqueles que estão em lugares confortáveis e não são atingidos pela discriminação e violências que resultam da opressão sofrida pelas mulheres e por isso defendem a manutenção do poder das esferas masculinas, renegando, assim, a igualdade dos sexos como princípio fundador dos direitos do gênero humano.

Enquanto isso ocorrer, teremos que conviver com fato de que na maioria dos países africanos as mulheres continuam a ser as mais pobres em relação aos homens, já que não têm igualdade de direitos e de chances entre eles, e a educação, que é motor propulsor de mudança, não consegue chegar até elas, uma vez que fica a critério de uma sociedade patriarcal a escolha de oferecer-lhes, e na maioria das vezes, tal direito continua a lhes ser negado.

Mesmo diante dessas injustiças, o caminho continua a ser percorrido por mulheres que acreditam que as mudanças acontecem, embora não sejam imediatas. Sendo assim, o engajamento das mulheres deve acontecer em todos os setores, nos lugares frequentados por elas, bem como nas decisões tomadas, que não devem reduzir-se unicamente as suas residências, mas devem, também, deter poderes nos campos políticos, profissionais, econômicos e sociais.

4.2 A ficção no contexto da contemporaneidade: a violação dos direitos da mulher na sociedade nigeriana

As tradições devem ser respeitadas e os diferentes povos do mundo têm o direito de mantê-las, de forma que elas devem estar isentas de interesses pessoais e até mesmo dos avanços industriais e tecnológicos que abrangem um país. Frente a essa problemática, no que se refere ao continente africano, berço de uma das mais antigas civilizações do globo, as tradições têm grande relevância para seu povo, conduzindo debates políticos, econômicos e religiosos. Contudo, por vezes podem propagar estereótipos e até mesmo tornar natural a tomada de direitos de determinados grupos sociais, tais fatos acontecem com frequência com as mulheres, na maioria das vezes elas são induzidas a se adequarem e assimilar costumes, leis que foram criadas por homens para elas obedecerem.

Nós propomos, neste capítulo, a analisar o romance *As alegrias da Maternidade* (2017), buscando refletir sobre as injustiças promovidas pelo patriarcado no que se refere ao corpo das mulheres e os papéis sociais atribuídos a elas, principalmente o da maternidade. No referido romance de Emecheta, as mulheres são representadas como seres conduzidas por uma ordem masculina, em um primeiro momento pertencem ao pai, após o casamento torna-se propriedade do marido.

A mulher que tem predicativos valorosos respeita o marido, é obediente, dócil e tem poder de comando para gerir a casa, e caso esteja em uma relação poligâmica, cuidar das demais esposas de seu cônjuge, e caso elas sejam avessas a esses comportamentos são consideradas más. Na narrativa, o pai da protagonista Nhu Ego é um importante líder de uma comunidade Igbo, poderoso, tem muitas esposas e rejeita a hipótese de alguma delas ter ciúmes, não aceitar sua relação com outras amantes. Ele tem predileção por Ona, filha de outro importante chefe de aldeia, mas ela, diferente das mulheres que ele desposa, tem uma personalidade forte e não aceita suas imposições, mantém um relacionamento com Agbadi, mas nunca aceitou ser uma de suas esposas oficiais.

A narrativa situa os comportamentos aceitáveis para a mulher levando em consideração as diferenças de gênero dentro das tradições, como nos mostra a fala de Agbadi: “Meus filhos, quando vocês crescerem, serão todos reis entre os homens” (EMECHETA, 2017, p.42), então, ele faz esse “presságio” para todos os

descendentes homens, pois eles terão poder, certamente liberdade, tornando-se chefes e exercendo domínio sobre outros homens, territórios. Enquanto para suas filhas, o sucesso está ligado ao matrimônio e basicamente à maternidade: “Minhas filhas, quando vocês crescerem, todas embalarão os filhos dos seus filhos. (EMECHETA, 2017, p.42); o discurso do pai de Nhu Ego é porta-voz do ideal de mulher nigeriana, já que ela desde o nascimento tem como obrigação tornar-se mãe, não há outros pressupostos além desse para ela.

Walter Benjamin (1986) vai de encontro à perspectiva que sustenta a experiência como sendo o processo de construção de uma consciência histórica. O autor defende que é no encontro da história e da cultura que as relações se estabelecem, formando a tradição; nesse sentido, ao longo de nossa existência fixamos “uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso” (1986, p. 224). Ele evidencia, ainda, que a história é transpassada pelo período que estamos situados, suas influências, sendo não somente o tempo um importante fator, mas também as tradições e costumes que entramos em contato.

Entretanto, quando se trata da ironia em romances, a narrativa prossegue normalmente até que, em dado momento, e, obviamente, almejando fins específicos, o narrador “intromete-se”, revela-se, tecendo comentários, críticas ou mesmo refletindo sobre a criação literária. No romance *as Alegrias da Maternidade*, o recurso da ironia é utilizado desde o título, que incita o interlocutor a supor que enaltecerá a maternidade, ressaltando seus aspectos positivos, quando na realidade se trata de uma crítica velada à ideia de felicidade plena da mulher associada ao tornar-se mãe.

Linda Hutcheon (2000), aloca a ironia como uma sobreposição de vozes antagônicas que pode provocar sensações contraditórias a partir do momento em que ocorre. Logo, a ironia se dá não apenas no momento em que é localizada a dissonância inerente a um discurso, mas permanece reverberando nos efeitos tão díspares que provoca naqueles que a desvendam. Para a autora, essa função expressa carga crítica e emotiva máxima, já que é a que mais obviamente favorece a arrogância e a insensibilidade, envolvendo-se de modo íntimo com as questões de poder e de autoridade.

Seja qual for a classe social da mulher os seus direitos são afetados, e quando são economicamente desprestigiados os sofrimentos para elas podem ser

ainda piores. Em determinado momento da narrativa, nos é evidenciado que em clãs poderosos, mulheres consideradas escravas eram assassinadas para serem sepultadas junto com suas amas, essas, contudo, deveriam receber a sentença como honraria e quando se rebelavam diante de tal costume, eram mal vistas pelos homens. De acordo com a narrativa, as mulheres desaprovavam e consideravam a prática revoltante, mas silenciadas pelo sistema, o único ato que indicava revolta com a prática era manter distância durante a execução do ato.

Naquela sociedade, uma mulher sem filhos envergonhava o marido, que a partir do casamento é dono de seu corpo e de suas vontades, assim como depreciaria também a descendência de seu pai. A impossibilidade de conceber a torna um indivíduo merecedor de exclusão por parte do seu marido, um estorvo, pois o que interessa aos homens, dentro do aspecto matrimonial, são os herdeiros que viria a ter: “Sou um homem ocupado, não tenho tempo para desperdiçar a minha preciosa semente masculina com uma mulher estéril. Tenho que criar filhos para a minha linhagem”. (EMECHETA, 2017, p.47).

Tais imposições acompanham a mulher em alguns países africanos, como a Nigéria, o local em que o romance é ambientado, na cidade de Ibuza. Ali a realidade das mulheres constantemente envolvia a busca pela aceitação de seus comportamentos e a exaltação da feminilidade, e ainda a demonstração de dependência da figura masculina, fato que os homens do local apreciavam e exigiam de suas mulheres: “Agbadi percebeu que ela estava fazendo um esforço para ficar mais feminina que de hábito. Essa era uma característica que muitos homens de Ibuza apreciavam, queriam mulheres que se declarassem desamparadas sem eles”. (EMECHETA, 2017, p.51)

Os filhos que a mulher tem não pertencem a ela, mas ao pai, assim como o seu corpo; ela não pode escolher seu parceiro, ou seja, seu marido: “Já que meu pai não aceitará ceder-me a você por preço nenhum, se eu tiver um filho pertencerá a meu pai, mas se eu tiver uma menina ela será sua (EMECHETA, 2017, p.35). Nhu Ego era filha do amor entre Agbadi e Ona, era amada e protegida pelo pai, mas, terminou por macular a imagem da família quando em seu primeiro casamento não conseguiu engravidar, sendo pressionada pela sociedade e pelo próprio pai, que acreditavam que uma mulher “virtuosa” não teria dificuldades para conceber.

Desta forma, ela carregou essa culpa e sentimento de fracasso sozinha, pois em momento algum se questiona as virtudes dos homens, sequer a possibilidade

que eles possam ser inférteis, essa culpa é atribuída somente as mulheres: “Tenho certeza que a culpa é minha. Você faz tudo direito. Como vou encarar o meu pai e confessar eu falhei? (EMECHETA, 2017, p.46). Diante disso, o relacionamento e as demais decisões que concernem ao matrimônio de Nhu Ego, quando não tomadas pelo pai, são realizadas pensando em agradar a ele e ao seu povo. Por mais que ela esteja infeliz, acaba por internalizar os ensinamentos de sua cultura, vivendo para segui-la, sentindo-se realizada somente ao se tornar mãe, pois assim estaria cumprindo também o papel de boa filha. Segundo Badinter, de uma certa forma as mulheres foram ludibriadas sobre seu papel materno na sociedade, uma vez que

durante quase dois séculos, todos os ideólogos lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas: "Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania." Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e "nobre", que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana. BADINTER, 1980, p. 146).

O planejamento familiar é um conjunto de ações que orientam casais a planejar o melhor momento para a chegada dos filhos; a partir das análises dos parceiros no que se refere principalmente às suas condições sociais e econômicas, porém, levando em consideração também o desejo dos envolvidos. Assim, observando tais critérios, o casal decide a melhor forma de agir, podendo optar por métodos contraceptivos para evitar possíveis gravidezes. Em alguns lugares, como no Brasil, o Estado tem o dever de oferecer à população recursos que viabilizem o planejamento familiar. O referente planejamento não faz parte da cultura africana, pois ali ter filhos é sinônimo de uma garantia para a mãe, de acordo com a sociedade nigeriana, estar protegida no futuro.

O discurso de controle ideológico, para que as mulheres não se tornassem independentes, está arraigado na sociedade nigeriana, como forma a tencionar o feminino a aceitar até certo ponto uma submissão econômica em prol da sua (sub)existência:

Pensara muito no velho ditado, segundo o qual dinheiro e crianças não combinam. Se você dedicasse todo o seu tempo a ganhar dinheiro, os deuses não lhe dariam filhos, se quisesse ter filhos, teria de esquecer o assunto dinheiro e se conformar com a pobreza". (EMECHETA, 2017, p.114).

No excerto em questão, é evidenciado as exigências voltadas para as mulheres através de uma afirmação explícita de que a maternidade exige a sua dedicação total, todo o resto é considerado, portanto, supérfluo, como sua beleza, profissão e vida social. Mediante tantas exigências envolvendo seu corpo e tomada de decisões, nem ao menos o nome do filho elas poderiam escolher por conta própria, pois na ausência do marido o filho fica sem nome até o seu retorno.

A maternidade chegou para Nhu Ego, mas a pobreza também veio galgar seu lugar na vida da personagem. Uma vez que o único planejamento que tinha era ser mãe, ela não levou em consideração a situação econômica que estava habituada junto com o marido, morando em um quatinho alugado, com um salário que mal dava para sustentar os dois; deste modo, acreditava que o filho lhe traria realizações futuras, dinheiro, proteção, não levou em consideração o presente, as dificuldades financeiras que enfrentavam. Diante do exposto, houve episódios em que a falta de comida quase matava seu filho, a atingindo também: "Oshia estava se transformando num punhado de ossos envolto pelo que parecia um pedaço de pele seca amarelenta, e a própria Nhu Ego dava a impressão de estar doente". (EMECHETA, 2017, p.147).

Os filhos e as esposas são heranças para o chefe das famílias, por isso, mesmo sem condições de prover a família com uma única esposa, o homem deve assumir as esposas de seus irmãos quando este morre e somente pode recusar quando a mulher não tem filhos, pois a mulher sem dar descendência ao marido, também não tem aceitação, não há pertencimento a família do marido.

As mulheres devem dar provas de sua bondade, aceitando condições de pobreza extrema, como uma dádiva, e a protagonista se depara com as ambiguidades pobreza x riqueza, dádiva x castigo, pois sendo a primeira esposa e tendo três filhos homens do marido, deve ser grata, contudo, leva uma vida de privações, de maneira que em determinados momentos nem sequer frequenta as reuniões de família por não ter condições de vestir-se adequadamente. Assim, procura conformar-se com a perda de status e ausência de vida social, ao pensar que um dia um de seus meninos seriam homens.

Nhu Ego teve a vida decidida por seu pai, assimilou os discursos acerca da divisão entre coisas de mulher e coisas de homem, e apesar de toda opressão de gênero e imposições patriarcais, lutando contra a diminuição do feminino (filhas) em prol da ascensão do masculino (filhos), ela e suas irmãs trabalham vendendo mercadorias, enquanto eles estudam. Em dada circunstância, ela pensa até na possibilidade de vendê-las para conseguir dinheiro e contribuir na educação dos filhos homens, pois o tempo todo as pessoas que fazem parte da sua cultura aponta que a vida de uma mulher, ainda que próspera, não adianta caso não tenha filhos homens para deixar a sua herança.

Após muitos percalços, principalmente ter que ficar sozinha durante o período em que o marido foi lutar na segunda guerra mundial, tendo que cuidar da casa, educação, alimentação dos filhos, viver uma vida paupérrima e, seus amigos, sobretudo homens, percebendo suas dificuldades, lhes incitavam a aceitar as situações impostas pelo destino, e a personagem começou a perceber o quanto o patriarcado precisava que as mulheres tomassem para si, o discurso conformista, pois viver de tal forma era uma dádiva, afinal o bem mais precioso, que era os filhos, ela já possuía.

Contudo, só por ser mãe de três filhos, era obrigada a viver em meio sua pobreza, em sua agonia que levava a roer as unhas, em seu estômago convulsionado, em seus farrapos, em seu quarto atulhado...ah, que mundo desconcertante. Quando começou a sentir pontadas de fome, comprimindo as laterais do estômago, mudou levemente de posição, na esperança de, assim, amenizar a necessidade de comer um cavalo inteiro. (EMECHETA, 2017, p.232)

O texto faz uma crítica, de forma contundente, a regimes totalitários, estabelecidos a partir de discursos em que questionamentos não são aceitáveis, algumas falas vistas como verdades absolutas, e por mais que as gerações mudem, as formas de comportamento e de observar a vida devem permanecer inertes:

Nhu Ego era como os cristãos não muito informados que tendo-lhes prometido o Reino dos céus, acreditavam que o lugar ficava logo ali, virando a esquina, que Jesus Cristo chegaria já no dia seguinte. Muitos deles pouco contribuíram para este mundo, pensando: “ Para quê? Cristo vai chegar”. Essas pessoas ficavam de tal modo isoladas a suas crenças que não apenas pouco se relacionavam com pecadores comuns uma gente ocupada com trabalho cotidiano, como chegavam a sentir pena deles, e em muitos casos os desprezava porque o Reino de Deus não era para tais pessoas. Talvez essa atitude fosse um mecanismo de defesa, elaborado par salvá-los de realidades dolorosas demais para serem aceitas. (EMECHETA, 2017, p.226).

Assim como o cristianismo, a religião do colonizador é colocada em evidência como uma possível forma de controle social e também de inibir a crueldade da realidade, pois algumas vezes a maternidade traz para a mulher, não somente as alegrias e sentimentos de completude. A personagem percebeu que em sempre ter filhos é sinônimo de realização, pois durante a infância deles, trabalhou muito para conseguir lhes prover direitos básicos, alimentação e educação, porém quando adultos, a começar pelo mais velho, não demonstra interesse em ser o chefe da família e trabalhar para manter os pais e os mais jovens. Desta forma, desconstrói-se a ideia de que a maternidade é garantia de uma velhice com regalias, de cuidados por parte dos filhos. Pois, nessa relação entre filhos e maternidade existe o pressuposto de que ambos não podem escolher, optar por ser mãe ou não, no caso de os filhos optarem por se dedicar somente a família, a agricultura.

Ao final do romance, Nhu Ego não consegue mais continuar com a rotina de trabalho árduo e retorna para Ibuza, sendo desprezada pela família e pelo marido, sem notícias dos filhos homens, sendo as filhas que lhes mandam ajuda vez ou outra. A personagem morre numa estrada abandonada, sem filhos ou amigos para fazer seu ritual de passagem.

O mundo ancestral africano induz as meninas a pensarem que suas principais obrigações são tornarem-se esposas e mães, por isso, no que condiz a sua educação, esta ocorre na maioria das vezes em casa e não em ambientes escolares adequados, tal privilégio é direcionado aos meninos. Brisset (2011) explana acerca de tal questão, evidenciando os argumentos daqueles que defendem que esta deve ser a maneira adequada ao se educar meninas, haja vista para além das despesas extras com materiais escolares, as escolas poderiam dar às meninas “ideias perigosas”, como emancipação das mulheres e igualdade sexual. Segundo dados de 2015 da Unesco, 127 milhões de crianças em idade escolar não frequentam instituições educacionais, e as pesquisas mostram que na África subsaariana e em parte do continente Asiático 75 por cento de crianças não têm acesso à educação, e desse número pelo menos um terço são meninas. Notoriamente, há um desequilíbrio entre o tratamento dado ao sexo masculino e feminino, em África.

Ali, ser mãe de menino é um privilégio, de menina nem tanto. Provavelmente, não terão direito à educação, terão que trabalhar contribuindo de forma significativa para a economia da família, ajudando a custear as despesas dos irmãos homens

que são incentivados pelos pais a estudarem. Assim como em territórios africanos, outros países do oriente desprezam o nascimento de meninas, por isso, são menos cuidadosos com sua saúde, alimentação, chegando ao ponto de seus nascimentos terem, ao invés de celebração, um ritual que se aproxima do luto, e nesses países as meninas morrem em maior quantidade.

Neste contexto, as culturas e as crenças são as principais responsáveis por verdadeiros genocídios e violências contra as mulheres:

Na religião hinduísta, é o menino, o filho que deve acender a fogueira funerária dos pais. Sem isso, a alma desses vagará indefinidamente, reencarnando sem cessar em seres inferiores, e jamais poderá atingir o nirvana, fim último da existência, isto é, repouso eterno. Ter somente filhas significa, portanto, a perspectiva da condenação inapelável para além da vida terrestre. Como fazer face a tal representação? Como desejá-la para si mesmo? Há na Índia, um nome feminino que resume tudo: "Nakusha", que significa "não desejada. (BRISSET, 2011, p.28).

As mulheres nascidas em países como esses têm suas vidas regidas por eventos dolorosos, uma vez indesejadas, são colocadas diante de episódios que deixam claro o quanto suas sobrevivências serão marcadas por angústias e sofrimentos. Na África, por exemplo, mesmo não prevalecendo esse viés de progeneração masculina e recompensa com vida eterna, paraíso, existem outras formas de subalternizar o corpo da mulher, como a mutilação dos órgãos genitais das meninas, para quando tornarem-se mulheres não sintam prazer e sirvam única e exclusivamente para gerar filhos.

Percebe-se, assim, que existe grande repressão sobre o corpo e comportamento das mulheres nesses territórios, de maneira que se instaurou historicamente um medo em torno da sexualidade feminina, reafirmando a importância da castidade para elas serem respeitadas, além da aceitação das violências simbólicas que vêm sofrendo ao longo dos séculos, certamente ligada ao fato de em sua maioria serem analfabetas e não possuir instrumentos para contrariarem o sistema patriarcal. A poligamia é uma prática que resiste em quase todos os países africanos e que dificulta ainda mais a luta por igualdade de direitos entre homem e mulher. Embora existam textos normativos que expõem os direitos das mulheres, como a carta africana dos direitos humanos que em seu artigo 6º estipula que a monogamia deve ser reconhecida como forma privilegiada do

casamento, existe uma grande rejeição a colocá-la efetivamente em prática, pois os chefes de Estado, também se contrapõem a elas, por serem polígamos.

Assim como o casamento forçado, sem consultar os desejos (ou não) da moça, a poligamia resiste, violando os direitos humanos, ainda que disfarçada de uma tradição, e até mesmo de benefícios para as esposas, assim como assevera Bezerra (2017):

Listam-se alguns argumentos a favor para que esta situação em torno da tradição persista: o fato de algumas mulheres não poderem ter filhos, uma segunda esposa permite a divisão dos serviços domésticos, o apoio entre mulheres no compartilhamento da educação dos filhos, entre outros. A partir dessa lista os argumentos formulados na defesa do sistema poligâmico, estão praticamente baseados nos interesses dos homens, e negam às mulheres alguns direitos humanos. (BEZERRA, 2017, p.346)

O casamento enquanto acordo entre famílias na maioria das vezes envolve um dote, pois uma das famílias vai perder uma mulher, logo, uma pessoa que contribui com força de trabalho, requer assim uma compensação.

O fenômeno da construção das personagens de ficção no romance vem sendo estudado ao longo dos tempos e passa por transformações concernentes à abordagem teórico-metodológica, em especial acerca das perspectivas que analisam os aspectos literários. A literatura e a sua relação com a sociedade assumiram novas identidades, novas formas de representar grupos distintos, personagens refletem diferentes modos de agir e perceber o mundo, assim como confirma a pesquisadora brasileira Regina Dalcastagnè (2011) ao dissertar sobre as mudanças perpassam o cenário literário brasileiro contemporâneo:

O romance, enquanto gênero, promete tudo isso a seus leitores – que podem ser leitoras, que têm cores, idades, crenças, instrução, contas bancárias, perspectivas sociais muito diferentes entre si. Portanto, a promessa de pluralidade do romance, um sistema de “representações” de linguagens nos termos de Bakhtin envolve não só personagens e narradores(as) mas também seus (suas) leitores (as) e autores(as). (DALCASTAGNÉ, 2011, p.14).

Os discursos impostos pela cultura androcêntrica são uma realidade no contexto literário, sendo inegável a sua influência no âmbito das representações daquilo considerado relevante, fato observado na literatura africana, sendo ela alvo de um silenciamento imposto por razões políticas e sobretudo de gênero, igualmente

do preconceito e estigmatização da cultura dos países do continente em questão, além de tudo isso se soma a questão do mercado editorial que induz escritores africanos a publicar em outros países, pois os temas abordados por eles, algumas vezes são considerados polêmicos em seus próprios países.

Recorrentemente, o poder sempre é negado aos grupos marginalizados, como mulheres e negros, havendo assim um controle social e econômico que perpassa entre gerações, acarretando um encarceramento em massa de determinados grupos étnicos que são alocados em espaços periféricos, tanto no plano real quanto no plano das ideias. De acordo com Juliana Borges (2018, p.18) tal encarceramento desde a época colonial opera pela lógica da escravidão, controle social da população negra, pela criminalização da cultura e apagamento da memória afrodescendente, negação a educação, saneamento, saúde.

Nessa perspectiva, as produções culturais também não saem ilesas, são consideradas “superiores” aquelas produzidas em territórios desenvolvidos economicamente, enquanto as produções que ocorrem em outras regiões do globo, por escritores reconhecidamente periféricos, são intituladas por vezes como “exóticas, caricaturais”. Isto posto, citaremos Foucault (1996, p.11) no que se refere a poder: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Admitimos, então, o quanto os discursos agem sobre a sociedade, e ter a palavra e principalmente ser ouvido é um privilégio daqueles dispostos em espaços de poder. Através da manutenção de certos discursos, vai-se construindo uma sociedade disforme, preconceituosa, onde as massas são orientadas a acreditarem ser responsáveis por suas condições econômicas e sociais e, à medida que alguns discordam e recusam-se a ficar nos lugares impostos, ocorrem embates entre aqueles que, por estarem em situação favorável, não acham necessárias as mudanças e os que não estão dispostos a continuar sendo subalternizados.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consequências cognicentes, mas através de esquemas de percepção, da avaliação e da ação que são construídos no habitus e que fundamentam aquém das decisões da consciência e os controles da vontade (BOURDIEU, 2007, p.49-50).

A ação de agir sobre as mulheres utilizando políticas de imposições, violências e tradições arcaicas, não é característica apenas das regiões africanas, tais atos estão presentes em outros territórios desde os primórdios, mas ao pensarmos no continente africano, essas marcas parecem ser ainda mais gritantes, como se observa na narrativa analisada. No romance *As alegrias da maternidade*, a personagem Nhu Ego nos despertou curiosidades acerca de sua cultura, nos apresentando um modo de viver que denota o quanto em seu país as mulheres ocupam um lugar de não privilégio. Relembramos Candido (2000) ao ressaltar que é o personagem o responsável em tornar a ficção mais nítida e patente.

Outro elemento de elevada importância em narrativas é a marcação do tempo. No romance em questão, somos apresentados a dois espaços, o primeiro, mostra a parte rural da Nigéria, o lugar onde a personagem nasceu, viveu sua infância e casou-se pela primeira vez, foi protegida pelo pai e também conheceu o sofrimento ao ser desprezada por não conseguir engravidar. O segundo, na capital Lagos, espaço no qual ela se estabelece, torna-se mãe, perde o status de filha de homem influente, ficando à mercê de situações consideradas humilhantes que ela nunca tinha conhecido como a fome.

Através das experiências da personagem protagonista do romance analisado, somos inseridos diante do social, que evidencia a realidade da mulher nigeriana e a ausência de direitos com a qual convive. Na comunidade nigeriana é de fundamental importância o trânsito entre o espaço rural e o urbano, pois, quando não consegue cumprir o papel de mãe, deve trabalhar para não tornar-se apenas um estorvo. Quando situada na cidade, deve ajudar a manter os filhos, porque são sua responsabilidade, contudo, por vezes não consegue êxito e praticamente vive em situação de subsistência. Gancho (2002) afirma que o personagem é o responsável pela ação do enredo ficcional, entretanto, os responsáveis por validar a importância da obra e das situações protagonizadas pelos personagens somos nós, ressignificando experiências próprias ou de grupos aos quais fazemos parte. Torna-se uma espécie de acordo e construção coletiva de sentido, ou seja, os personagens constroem o enredo a partir da criação literária do autor (com suas experiências de vida e conhecimento de mundo) e nós, leitores, agregamos todas as nossas experiências e ressignificamos o texto.

Ao problematizar, no romance, a busca pela exaltação da cultura androcêntrica e a tendência a inferiorizar a cultura negra, sobretudo à africana,

renegando a importância de seus grupos étnicos, a autora nos mostra o poder da mulher sendo renegado e o do homem enaltecido: “Eu sou propriedade dele, assim como todos nós somos propriedade de Deus que está no céu”. (p.299). Apesar de a personagem ser responsável por manter a maior parte das despesas da casa, de acordo com os costumes de seu povo, suas ações são invisíveis: “portanto, mesmo que eu pague as taxas escolares, sou propriedade de Nnaife. Sendo assim em outras palavras é ele que paga”.

A recusa em reconhecer os esforços da mulher contribui de forma significativa para que ela continue ocupando um lugar periférico em meio às relações de poder, visto que a ideologia que impera é machista, que renega seus direitos e impõe uma ordem violenta, oprimindo suas identidades e reconhecendo apenas outras duas: a de esposa e de mãe. Dessa forma questionamos, portanto, as ditas verdades sobre aspectos do território africano, pois, como afirma Albuquerque (2011, p.37), é necessário não tomarmos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, devemos antes suspeitar de identidades e fronteiras fixas e, sobretudo, de objetos históricos canonizados.

Diante do exposto, ressaltamos a importância das literaturas como um dos mais importantes aspectos culturais e, também, como um instrumento fundamental para ressignificar experiências. No livro *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta, outros discursos como o racismo, a guerra, a colonização e a influência do homem não negro estão vigentes na obra, mas são introduzidos de forma consumada, como uma fração do modo habitual daquela sociedade. A maternidade é, de fato, a discussão principal, e é ela que ocupa a pluralidade do romance. Portanto, é doravante dessas e outras demandas que assomadas são rapidamente desenredadas.

A personagem Nnu Ego jamais alcançará uma vida acolhedora que um dia lhe fora destinada; de fato, em nenhum momento da narrativa alcançara a alegria de possuir uma vida única e individual. Para os que não padeceram, não obstante, a configuração da mãe que permanece é a imagem venerada e santificada, da maternidade enaltecida, da mãe zelosa, que dedicou a vida aos filhos, desistindo de si mesma, e que para ela foi construído um altar, destacando a sua função de santa. A ironia no título da obra (*As alegrias da maternidade*) parece não coincidir com a dura realidade daquilo que significou a trajetória desumana e trágica de Nnu Ego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre literatura e sociedade promove um intercâmbio de ideias e, conseqüentemente, evidencia visões de mundo construídas a partir de condições sociais, posições políticas distintas e demais fatores que constroem a sociedade. Nesse sentido, é evidente que as questões raciais, também estão em constante movimento, portanto, não devem ser observadas de um único ângulo, tampouco serem alvos de discursos estigmatizados que buscam inferiorizar as discussões acerca das questões étnico racial.

Pensar o negro afastando-se da estereotipação do espaço periférico, dos guetos, do subúrbio, – que para muitos é somente um lugar que apenas há violência, miséria e não um espaço de produção cultural e de resistência – parece uma tarefa impraticável para uma sociedade alicerçada em um racismo estrutural, que observa como normal o genocídio dos jovens brasileiros, o preconceito contra as culturas e religiões de matrizes africanas; atrelou-se ao negro a ideia de ocupação dos piores cargos, quase nenhum grau de escolaridade, causando surpresa quando ocupam lugares de prestígio social. Nessa constante, os problemas raciais atingem também a maternidade das mulheres negras, sendo as violências físicas e simbólicas, o racismo e a ausência de direitos humanos alguns pontos que fazem parte da sua vivência antes, durante e após a gravidez.

A fim de observar tais problemáticas na literatura, utilizamos os contos *Maria* (2016) e *Quantos filhos Natalina teve?* (2016) como *corpus* de análise para a presente dissertação, em que pontuamos o quanto Conceição Evaristo detém um discurso plurissignificativo, construindo, assim, narrativas que evidenciam as relações entre mulher, maternidade, corpo e poder mediante uma ótica da mulher negra, sem a necessidade de mediação de uma voz branca e masculina.

A autora traz um texto que se constitui como um espaço de experiência, que à medida em que a leitura avança, se percebe os dilemas das personagens. O discurso ficcionalizado em torno dos estigmas acerca da negritude, do feminino, do periférico, do corpo da mulher negra, tão bem representado na obra de Evaristo, está estratificado em nossa sociedade, haja vista que o nosso país é um dos menos seguros para pessoas negras em todo o mundo.

Enquanto no Brasil o racismo é uma realidade, que é explicitada também através da literatura africana e afro-brasileira, ao nos debruçarmos sobre o romance

As Alegrias Da Maternidade (2017), de Buchi Emecheta, percebemos que não ocorrem relatos envolvendo problemas raciais, de forma a perceber que a discussão de gênero se atenua, ao passo que as mulheres são casadas, estão dentro do processo matrimonial, contudo enfrentam um sexismo que as impede de ter autonomia sobre os seus próprios corpos.

Ter filhos é percebido, nessa cultura machista e patriarcal, como além de uma obrigação, é uma dádiva. No Brasil, há, ainda outra problemática atenuante: a distinção entre a maternidade negra e branca, sendo a primeira associada à figura de babá, ama de leite. As mulheres negras parecem conviver também com a ausência de parceiros, namorados, maridos na criação dos filhos.

Para construir esse trabalho tendo como base a literatura africana e afro-brasileira nos debruçamos sobre a análise de personagens, que tiveram sua humanidade violadas, seja na Nigéria, controladas por um sistema que percebe o corpo feminino em posição de desvantagem em relação ao masculino, como a personagem Nhu Ego e sua maneira de tratar as filhas em detrimento dos meninos, seja no Brasil, tal qual as personagens Maria e Natalina, os filhos que perdem a mãe para um sistema racista, mulheres que se tornam mães na adolescência, engravidam através de estupro, mães-solos.

Um dos pontos que foram confirmados durante a realização desse trabalho foi o quanto a sociedade insiste em situar o lugar que as mulheres devem ocupar. No romance *As Alegrias da Maternidade* (2017), tal fato apresenta-se de modo tão verossímil que é difícil, por vezes, delinear o limite entre o real e a ficção, sobretudo, quando se sabe que a história da personagem Nhu Ego coincide em diversas circunstâncias com a de sua autora Emecheta.

Acreditamos, assim, que alcançamos o objetivo proposto nesse trabalho, que foi o de promover uma reflexão acerca das várias representações da maternidade. Nesse sentido, essa pesquisa é relevante para os que não se conformam com as várias formas de preconceito e estereótipos que são lançados às mulheres, sobretudo àquelas que não fazem parte da elite, por isso buscamos, através da literatura, direcionar olhares mais positivos para as suas histórias.

Desta forma, fica exposto o quanto o fazer literário oportuniza espaços de produção de singularidades, abrindo margem para a auto-enunciação e não somente à representação. Percebemos, assim, o quanto é essencial uma produção literária reflexiva que coloque em foco questões raciais, de gênero, discussões

essas que, ao serem fomentadas, ajudam no processo de desconstrução de identidades apriorísticas. Na nossa sociedade, embora as discussões tenham evoluído em muitos aspectos, ainda vivemos sob o domínio de pensamentos antigos e intransigentes, revelando muitas vítimas de uma cultura marcadamente opressora, na qual há pessoas que se sentem superiores, sobrepondo-se umas às outras, que julgam como inferiores.

O presente trabalho nos permitiu ainda refletir, a partir das personagens analisadas, sobre os diferentes “eus” que existem em cada indivíduo na contemporaneidade, levando-nos também a perceber o quanto construímos e desconstruímos diferentes versões de nós mesmos, de acordo com o contexto, o lugar no qual estamos situados.

Dessa maneira, é essencial referirmo-nos aos escritores africanos da contemporaneidade, haja vista que as suas narrativas têm tido um papel fundamental dentro das questões contemporâneas, pois tais narrativas buscam apresentar um espaço igualitário entre negros e brancos, sem limitar o lugar dos negros à subalternidade, apenas.

Contrariamente à literatura produzida no decorrer da história e que por muitas vezes perpetuou representações que marginalizaram a figura do negro, na produção contemporânea, esses personagens assumem papéis de protagonistas, não sendo representados, unicamente, de forma negativa; pois, enquanto pessoas comuns, vivem dilemas característicos da maioria dos seres humanos: preocupação com futuro profissional, desilusões amorosas, maternidade, traições, etc.

Acreditamos que a representação dos negros e da sua cultura não é suficiente para erradicar os estereótipos que os acompanham, entretanto, já é um grande passo em direção a uma luta por afirmação de singularidade que deveria ter tido início há muito tempo. Diante de tudo isso, assinala-se a importância dessa pesquisa uma vez que, por meio dela, podemos direcionar um olhar reflexivo acerca das relações raciais nas produções literárias contemporâneas, ressaltando a importância das singularidades e multiplicidades que caracterizam os indivíduos que compõem a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamande Ngozi. Disponível em: <<http://www.ikuska.com/Africa/Historia/biografias/a/adichie.htm> > Acesso em 02 de abril de 2019.

_____. **Para educar crianças feministas : um manifesto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BAMISILE, S. **A procura de uma ideologia afrocêntrica:** Do feminismo ao afro-feminismo. *Via Atlântica*, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/va.v0i24.58303>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

BADINTER, Elisabeth. **O amor incerto:** História do amor maternal do séc. XVII ao séc. XX. Lisboa: Relógio D'Água, 1980a.

BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado:** o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b.

BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza. **As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado:** contribuições da socioantropologia e da história. *Cad. hist. ciênc.*, São Paulo, v. 8, n. 1, jun. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEZERRA, Rosilda Alves. O sentido social do lobolo na ficção de Paulina Chiziane. **Revista de Estudos Literários**, [S.l.], v. 5, p. 345-371, jun. 2017. ISSN 2183-847X. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/4302>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BORGES, Juliana. **O que é:** encarceramento em massa?. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BRISSET, Claire. Desde a infância. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine. (Org.) **O livro negro da condição das mulheres.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p. 25-38.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção.** 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo. In: **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Ashoka Empreendedores Sociais / Takano Cidadania, 2003.

CAMPOS, Mateus. **Conceição Evaristo**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura Negro-Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
DALCASTAGNE, Regina. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estud. Lit. Bras. Contemp.** Brasília, n. 44, p. 289-302, Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História de amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Editora Idea, 2018.

D'ANGELO, Helô. Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira?. **Cult**, São Paulo, nov. 2017. Seção Literatura. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DANTAS, S., FERREIRA, L., & VEAS, M. P. B. (2017). **Um intérprete africano do Brasil: Kabenguele Munanga**. *Revista USP*, (114), 31-44. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

D'OGUM, Venina. O matriarcado na religião afro-brasileira. In: SILVA, José Marmo da. **Religiões afro-brasileiras e saúde**. São Luís, 2003.

EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: Dubliense, 2017.

_____. **Biografia**. Disponível em: <<https://literature.britishcouncil.org/writer/buchi-emecheta>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

EVARISTO, Conceição. Maria. In: **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 39-42.

_____. Quantos filhos Natalina teve?. In: _____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016. p. 43-50.

_____. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária UFPB, 2005.

_____. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro, Pallas, 2018.

_____. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FREITAS, Guilherme. **Nova geração de autores nigerianos narra conflitos dos pais visão distorcida do ocidente sobre África**. Geledes, 2015. Disponível em: <<http://www.oglobo.com/cultura/livros>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 4. ed. São Paulo. Global, 2003.

FONTES, Natália. Os condenados da terra: violência e maternidade. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Editora Idea, 2018.

FOSTER, Edward Morgan. **Aspectos do romance**. Tradução Sergio Alcides. 4. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GELEDES, **Sueli Carneiro**. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.) **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOOKS, Bell. **Não Sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismos**. Rio de Janeiro: Tradução Plataforma Gueto, 2014.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2009.

HUTCHEON, Linda. Contextualizando o pós-moderno: a enunciação e a vingança da parole. In: **A poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 104-119.

IRACI, N., & WERNECK, J. (Coords.). (2016). **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: Violência e violações**. [S. l.]: Geledés Instituto da Mulher Negra, Criola Organização de Mulheres Negras.

JUSTINO, Luciano Barbosa. **Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

LOURENÇO, Vanessa Cândida. **Antropóloga, Mulher e Negra: Sobre a trajetória de Zora Neale Hurston**. 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

MASSAUD, Moisés. **A criação literária: Prosa I**. São Paulo: Editora Cultrix, 1997

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa, PT: Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica**. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e dificuldades** Disponível em: < www.revistas.usp.br>. Acesso em: 02 ago. 2018.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Editora Autentica, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

NOGUERA, Renato. Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. **Revista Latinoamericana de cultura e internacional de filosofia**. Disponível em: <<http://www.revistalatinamericaph.org/wp-content3.dos-condenados-da-terra>>. Acesso em: 13 out. 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Juliana Araújo Lopes. Volume 1, Dakar, CODESRIA, p.1-8,2004. Disponível em: <<http://filosofia-africana.weebly.com/1/3/3/2/1/13213792/Oyeronke-Oyeumi>>. Acesso em: 20 maio 2019.

PRIOT-CRAVERO, Peter-Kathleen. As mulheres e a Aids. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine. (Org.) **O livro negro da condição das mulheres**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p.217-253.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Dukheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. **SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, ago. 2015. Seção Resenhas. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/102437>> Acesso em: 16 jul. 2019.

SAMOUILLER-JABRE, Segolone-Karen. O que está em jogo no sufrágio e na participação política das mulheres. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine. (Org.) **O livro negro da condição das mulheres**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009, p.607-647.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2003.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “Ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2005.

TEODORO, Helena. **Mito e espiritualidade: mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.